

ENNIO APECITI

DAR A VIDA

Biografia do Servo de Deus
Pe. Luís Monza

A Associação «A Nossa Família» – Instituto Secular das Pequenas Apóstolas da Caridade – promoveu a edição desta nova biografia do venerado Fundador, em conclusão das manifestações para a celebração do Centenário do seu nascimento. Agradece o Pe. Ennio Apeciti, Responsável pelo Ofício para as Causas dos Santos da Cúria de Milão, que foi o delegado arquidiocesano no Tribunal Eclesiástico instituído para o Processo diocesano de canonização do Pe. Luís Monza, pelo empenho e o amor com o qual procurou aprofundar a sua espiritualidade e fazê-lo conhecer.

APRESENTAÇÃO

Se me pedissem que desse uma qualificação precisa sobre a presente obra, sobre o Pe. Luís Monza, que agora nos oferece o Pe. Ennio Apeciti, diria logo que ela não é uma biografia no sentido convencional da palavra, na qual, com abundância de dados, expõem-se os acontecimentos externos da vida do protagonista, mas antes o fruto de uma meditação, no sulco das bem-aventuranças evangélicas, na qual o autor penetra com afeto na intimidade da personalidade sacerdotal do Pe. Luís, fornecendo, ao mesmo tempo, os traços essenciais para emoldurar a sua figura no espaço e no tempo.

Dar a vida: o título do livro, como é precisado na introdução, alude não à atitude de quem, movido por nobres razões, gasta-se pelos outros. Pe. Luís propôs-se uma só finalidade: a de *dar a Vida* (esta vez a escrevo com maiúscula), isto é, ser instrumento para oferecer a todas as almas Jesus Cristo, que é para nós «o caminho, a verdade e a vida» (Jo 14,6) e veio para que tivéssemos aquela vida em superabundância (cf. Jo 10,10), até poder dizer com São Paulo: «eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim» (Gl 2,20). O *dar a vida* do cristão, participe do sacerdócio comum de Cristo e, no caso do Pe. Luís e de tantos outros, também daquele ministerial, é só consequencial: é endereçar a própria existência, toda inteira, para receber e para deixar crescer em si aquela plenitude de Vida que lhe foi dada por Deus e a cumprir a função de colaborador (*Dei enim sumus adiutores!*, exclama São Paulo)¹, do qual o Senhor quer servir-se *para dar a Vida* a todos os homens e mulheres.

É também assim que o homem alcança o ápice da própria humanidade e da liberdade que o próprio Cristo ganhou para nós, morrendo por nós na cruz. Com efeito, como ensina João Paulo II, na encíclica *Veritatis splendor*, «Cristo crucificado revela o sentido autêntico da liberdade, vive-o em plenitude no dom total de si e chama os discípulos a tomarem parte na sua mesma liberdade»². Pouco depois, no mesmo documento, o Santo Padre resume nos seguintes termos *o intenso sentido da liberdade*: «o dom de si no serviço a Deus e aos irmãos»³. Entende-se bem que o conceito, recorrente no ensinamento do Pe. Luís, de *apodrecer* como o grão de trigo que cai dentro da terra e dá fruto, não seja uma incitação à autodestruição, mas um convite positivo a esforçar-se para inserir a própria vida no projeto traçado por Deus para cada um de nós.

Seja-me permitida uma lembrança pessoal, em estreita união com o grão de trigo apenas mencionado. Aos 29 de março de 1998, depois de ter rezado bastante junto aos restos mortais do Pe. Luís, na capela das Pequenas Apóstolas da Caridade, de Pontelambro, respondendo ao convite da Diretora geral, escrevi sobre o livro das assinaturas: «crescei e multiplicai-vos» (Gn 1,28). Parece-me que estas palavras bíblicas, endereçadas por Deus ao primeiro homem e à primeira mulher, possam ser entendidas sem desvirtuamento, no sentido que todo cristão, na vocação pessoal que lhe foi designada por Deus, deve crescer, como crescia Jesus «em sabedoria, idade e

¹ 1 Cor 3,9.

² JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Veritatis splendor*, 06 de agosto de 1993, n. 85.

³ *Ibid.*, n. 87. Cf. CONC. VAT. II, Const. Past. *Gaudium et spes*, n. 24.

graça, diante de Deus e dos homens» (Lc 2,52), dar novos passos, em resposta à graça, para aquela maturidade humana e sobrenatural na qual consiste a santidade, que é plenitude de amor. Mas, ao mesmo tempo, o verdadeiro amor, aquele de quem recebe do Senhor a vocação ao matrimônio, como aquele de quem é chamado a doar-se a Deus e aos irmãos no celibato, é sempre fecundo e traz consigo a ânsia de perpetuidade – para sempre!, é a expressão eterna dos enamorados –, pelo qual seria empobrecido e não mereceria o nome de amor se, encerrado em si mesmo, não fosse destinado a dar frutos: novas vocações, movidas pelo mesmo espírito que guiou o Pe. Luís e as suas primeiras colaboradoras, que continuem no tempo e estendam sempre mais a obra por ele iniciada.

Pe. Luís foi um pároco no sentido mais pleno da palavra ou, como disse referindo-se a ele o Beato Cardeal Ildefonso Schuster, um pároco «segundo o coração do Senhor», a quem podem ser bem aplicadas as palavras escritas por João Paulo II, aos sacerdotes, por ocasião da Quinta-feira Santa de 1986: «Este sacerdócio ministerial, que é nossa parte, é também nossa vocação e nossa graça. Marca toda a nossa vida com o selo do serviço mais necessário e mais exigente que exista: a salvação das almas [...]. O Concílio Vaticano II situou felizmente a consagração do padre no quadro da sua missão pastoral».

No cumprimento desta sua missão, o Pe. Luís Monza, sempre no contexto das diretrizes pastorais vigentes naquele tempo, na arquidiocese ambrosiana⁴, dedicou-se inteiramente ao que é perene na pastoral da Igreja. O cumprimento do seu mistério responde plenamente às palavras escritas pelo Santo Padre, referindo-se ao Cura d’Ars, na carta apenas citada aos sacerdotes: «Consagrava-se essencialmente ao ensinamento da fé, à purificação das consciências, e estes dois ministérios convergiam para a Eucaristia. Não é preciso ver nisso, também hoje, os três pólos do serviço pastoral do sacerdote?».

Com efeito, a leitura do presente livro mostra a importância atribuída pelo Pe. Luís à catequese – ou *doutrina* como então se dizia – até formular um aparente paradoxo: «É melhor escutar a S. Doutrina que a S. Missa. Porque se escutam a S. Doutrina escutarão também a S. Missa, mas se não vêm à doutrina, aos poucos deixarão de vir também à missa».

A leitura do material apresentado à Congregação das Causas dos Santos, para a causa de canonização do Pe. Luís, deixa transparecer a admiração de tantos seus paroquianos, que depõem com gratidão sobre a sua dedicação na administração do sacramento da penitência, no aconselhar e guiar, uma a uma, as almas e, sobretudo, em dar em nome de Deus, personificando o próprio Cristo, a absolvição dos pecados. João Paulo II, na carta já diversas vezes citada, exorta a «desenvolver toda uma pastoral do sacramento da penitência, levando incessantemente os cristãos a redescobrirem as exigências de uma verdadeira relação com Deus, o sentido do pecado, pelo qual nos fechamos para o Outro e para os outros, a necessidade de converter-se e de procurar, através da Igreja, o perdão como dom gratuito de Deus». Mas, acrescenta imediatamente o Papa, «uma tal situação requer ao mesmo tempo que nós [sacerdotes] permaneçamos muito disponíveis para este ministério do perdão, prontos a dedicar a ele o tempo e o cuidado necessários, e aliás, diria ainda mais, a dar-lhe a prioridade a

⁴ O termo «ambrosiano/a» refere-se à arquidiocese de Milão, tendo sido Santo Ambrósio o seu arcebispo mais famoso, padre da igreja latina.

respeito de outras atividades [...]; ele permanece a insubstituível manifestação e verificação do sacerdócio ministerial».

João Paulo II individua a Eucaristia como o *terceiro pólo* do serviço pastoral do sacerdote, para o qual converge todo o ministério. Nos paroquianos do Pe. Luís permanece vivo ainda hoje a recordação da piedade com a qual ele celebrava o Santo Sacrifício, verdadeiramente centro e raiz da sua união com Deus, do seu zelo pelas almas⁵ e da sua oração diante do tabernáculo.

A paróquia foi também o *húmus* no qual surgiu aquilo que, mais tarde, foi aprovado como Instituto das Pequenas Apóstolas da Caridade, com a unida associação «A Nossa Família», que surgiu para promover, no nosso tempo, «a caridade dos primeiros cristãos», isto é, daquela multidão de crentes que tinha um só coração e uma só alma (cf. At 4,32). Na resistência do Pe. Luís a ser considerado fundador do instituto, porque a Deus só atribuía a sua inspiração, notamos um outro traço comum com todos os que foram escolhidos pelo Senhor como instrumentos para promoverem uma obra para o bem da Igreja e de todas as almas que secundaram com docilidade a ação do Espírito Santo nas suas almas. O Instituto cresceu com naturalidade, respondendo com a caridade às necessidades do momento, e tem hoje como empenho preponderante – sem transcurar outras iniciativas apostólicas – a reabilitação de crianças deficientes, realizada como testemunho concreto do ideal da caridade, na afirmação do valor da pessoa e utilizando os recursos e os instrumentos que a técnica pode pôr à disposição.

Num documento particularmente solene, Paulo VI escreveu: «Não se deve maravilhar, portanto, se o Concílio Vaticano II, tratando do mistério da Igreja, colocou em maior evidência esta importantíssima nota da santidade, à qual todas as outras estão intimamente unidas, e repetidamente convidou todos os cristãos, de qualquer condição social, à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade; e este apelo à santidade é considerado como especialíssima tarefa do mesmo magistério conciliar e como a sua a sua última finalidade»⁶.

A causa de canonização do Servo de Deus Pe. Luís Monza foi iniciada desde alguns anos. Aqueles que desejam vê-la chegar à meta, e não são poucos, esperam ver proposto à veneração da Igreja, como modelo e como intercessor junto a Deus, aquele pároco ambrosiano, do qual escreveu o Eminentíssimo Cardeal Carlo Maria Martini, Arcebispo de Milão: «A sua figura e a sua obra são um testemunho incisivo para o nosso tempo, conservando para nós aquele zelo pastoral que animou este Servo de Deus, cujo plano espiritual enraiza-se no espírito dos Apóstolos e na caridade dos primeiros cristãos»⁷.

Roma, 22 de junho de 1998, Centenário do nascimento do Servo de Deus Pe. Luís Monza.

José Luis Gutiérrez
*Relator da Congregação
das Causas dos Santos*

⁵ CONC. VAT. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 14.

⁶ PAULO VI, Motu pr. *Sanctitas clarior*, 19 de março de 1969, introd.

⁷ Card. CARLO MARIA MARTINI, carta de 25 de setembro de 1987 à S.E.R. Mons. Renato Corti, Vigário Geral da Arquidiocese de Milão, *Positio sobre as virtudes do Servo de Deus Pe. Luís Monza*, Infor. p. 5.

DAR A VIDA

«Dar a vida». Pareceu-me o título mais apto para esta breve biografia do Pe. Luís Monza. Esta é somente uma *guia*, um convite e uma introdução para ler textos melhores, em particular aquele recentemente publicado, de autoria do Pe. Luigi Mezzadri, de Michela Boffi e Francesca Onnis.

Esta biografia quer tentar responder à pergunta se o Pe. Luís Monza possa ainda dizer alguma coisa ao homem, à mulher, ao jovem, sobretudo contemporâneo. O segredo dos santos – e esperamos poder logo chamar assim o Pe. Luís – está precisamente na sua capacidade de saber dizer alguma coisa às gerações seguintes; está em ser capazes de permanecer misteriosamente contemporâneos. No-lo recordava o papa a propósito de Santo Ambrósio, na sua Carta apostólica *Operosam diem*: «É próprio dos santos permanecerem misteriosamente contemporâneos de toda geração: é a consequência do seu profundo enraizar-se no eterno presente de Deus» (n. 3). Esta contemporaneidade é o carisma da santidade, o seu mistério. Por isso a santidade, que no entanto pertence a todos em virtude do batismo, vem proclamada só para alguns: a santidade é um ministério da e para a Igreja. A Igreja é um povo sacerdotal, mas só alguns são chamados, pela misteriosa sabedoria de Deus, a serem seus ministros ordenados. A Igreja é um povo de santos, mas só alguns são chamados a exercitarem o ministério da exemplaridade, para que, como fizeram eles, assim façamos também nós. Estes, e nós com eles, sabemos que Cristo deixou-nos um exemplo, Ele mesmo, «a fim de que sigamos os seus passos» (1 Pd 2,21). Assim, «porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações» (Rm 5,5), este mesmo «amor nos compele» (2 Cor 5,14) a «andar no amor, assim como Cristo também nos amou e se entregou por nós» (Ef 5,2).

«Dar a vida» é o que Jesus diz na última Ceia, o seu testamento: «Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos» (Jo 15,13). Palavras que desde sempre são avizinhas àquelas que dirá pouco depois: «Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi para irdes e produzirdes fruto e para que o vosso fruto permaneça» (Jo 15,16). Palavra que todo padre sente como dirigida a si, no diálogo inefável da sua vocação. «Dar a vida», portanto, exprime a própria essência do sacerdócio: o padre é chamado a dar todo o seu ser por amor, pelo amor daquele Deus que o fascinou e lhe pediu que guardasse para Ele indiviso o seu coração e por amor de todo homem que aquele mesmo Deus ama com amor singular e infinito. O padre é *ostensório* do amor de Deus, é dele, como se diz hoje, *ícone*. Ou deveria sê-lo e certamente o é além das suas limitações humanas, porque na sua fraqueza mostra-se a potência de Deus. O importante é que o padre saiba, lembre-se que é servo e instrumento e, portanto, não cesse nunca de sentir-se relativo ao Senhor Jesus, unido a Ele como o ramo está unido à videira.

«Dar a vida» é, portanto, não só o dar a própria vida, o *dar-se* do padre, mas o *dar* a própria vida do Senhor Jesus. «Dar a vida» exprime o conteúdo do ministério sacerdotal, porque para nada mais o padre foi chamado senão a ser como o semeador que espalha em abundância e em todos os tipos de terreno a semente da palavra de alegria, de esperança e de amor que é o Evangelho, comunicando a sua realidade

encarnada que é o Senhor. Com efeito, o evangelho é sobretudo uma pessoa: Jesus, o Cristo de Deus.

Não por acaso a reflexão (o mandato) de «dar a vida» é incluído por Jesus no mandamento de amar: «Amai-vos uns aos outros como eu vos amei... Isto vos ordeno: amai-vos uns aos outros» (Jo 15,12.17). Indica-nos a si mesmo como exemplo, porque Ele nos amou como o Pai o amou: Jesus comunica-nos o mesmo amor do Pai que nada cria se não o ama. Portanto, tudo o que existe, cada pessoa que vive é certeza do amor que o Pai tem por ela, «tu amas o que criaste, não te aborreces por nada do que fizeste; ... Mas a todos perdoas, porque são teus: Senhor, amigo da vida!» (Sb 11,24.26).

«Dar a vida», portanto, significa *amar*. Amar com o mesmo amor de Deus: amar como Jesus amou; amar com todo o coração, com toda a alma, com toda a sua pessoa. Amar com toda a sua pessoa significa também amar por toda a vida: o *todo* tem em si também o *para sempre*. Com efeito, não há amor *a tempo determinado*. Não por acaso um dos slogans preferidos pelo Pe. Luís Monza era: «A palavra “basta” não se encontra no vocabulário da caridade».

«Dar a vida» significa, porém, também alegria. Não se deve esquecer que o mandamento de Jesus tem uma premissa importante: «Eu vos digo isto para que a minha alegria esteja em vós e vossa alegria seja plena» (Jo 15,11). A alegria é um dos critérios para discernir a autenticidade do amor; aquela alegria que é filha da felicidade, isto é, da síntese entre o que agrada (o prazer) e o que é bem. Por isso o amor deve sempre orientar-se para o bem, porque senão o prazer que o anima muda-se em ânsia, e torna-se satisfação, egoísmo. Por isso o amor precisa doar-se, dar-se, sair de si: esquecendo-se de si o amor reencontra-se. O nosso amor está sempre junto ao outro (e ao Outro). Por isso não há amor maior do que aquele de quem dá toda a sua pessoa, a sua vida inteira. Quem faz assim reconhecer-se-á porque está sempre junto ao Outro, na oração que impregna a vida; junto ao outro que tem fome e sede; que é forasteiro ou está nu; doente ou encarcerado. Talvez hoje diríamos que é imigrado ou idoso; marginalizado ou internado; portador de deficiência no físico ou no espírito.

Pe. Luís deu a vida neste duplice sentido: foi padre fiel, «segundo o coração do Senhor», como disse dele o bem-aventurado Cardeal Schuster. Deu a vida porque a semente que jogou, o fruto que cresceu – as *Pequenas Apóstolas da Caridade* e a *Nossa Família* – desde então está ao lado de quem sofre. E está ali por amor; com amor.

BEM-AVENTURADOS OS MANSOS

«BEM-AVENTURADOS OS MANSOS,
PORQUE HERDARÃO A TERRA»
(Mt 5,4)

Premissa

Era preciso que esta bem-aventurança ressoasse nos corações, enquanto aos 22 de junho de 1898 vinha à luz Luís Monza. Era preciso falar de mansidão, de bondade, naqueles meses marcados pelas lágrimas de muitas mães e esposas e pelo sangue de muitos pais, maridos, filhos.

Os motins de 1898

Quando Luís nascia, naquele lugarejo entre Saronno e Varese, que então contava com 3.000 habitantes, estava ainda vivo o horror suscitado pela dura repressão das greves pelo aumento do preço do pão, ordenada pelo general Bava Beccaris, em Milão, e culminada nos canhões na rua Piave, quando atiraram sobre a multidão que esperava a comida no Convento dos Capuchinhos, segundo uma tradição que perdura ainda hoje: no *Refetório de São Francisco*, que se enriqueceu com o santo testemunho de Frei Cecílio Cortinovis. Aliás, permanece a dúvida de que os canhões tivessem sido apontados de propósito para aquele lugar e naquela hora, quando não se pensava na greve, mas na comida e, mais que os operários, estavam recolhidos os pobres da opulenta Milão.

Talvez é compreensível a reação de Bava Beccaris: Milão, desde muito tempo, dava sinais de impaciência a respeito do Governo central de Roma¹.

Mas aqueles tristes fatos de maio marcaram também o rosto da Igreja ambrosiana. Não só porque os canhões foram apontados sobre a multidão dos pobres que se reuniram para receber um pouco de comida; não só porque os Capuchinhos foram presos com a acusa, infamante para eles, de terem instigado a multidão², mas também pela humilhação que se orquestrara em redor de seu bispo, o Bem-aventurado Cardeal André Carlos Ferrari. Ele fora persuadido de ir em visita pastoral em Asso: a Autoridade pensava em garantir a ordem pública, aliás, contava com a partida do Cardeal precisamente como sinal para todos de que a situação era tranqüila, como convite aos incertos de aplacarem os ânimos, de acalmarem as tensões e as preocupações. Depois da matança, como o menino que esconde a mão depois de ter jogado a pedra, como calmar a indignação geral? Segundo o esquema abusado pelos potentes de turno: envolvendo todos como co-réus de culpa e indicando possivelmente um inerte, que se tornasse vítima (culpável) por todos, desviando sobre a sua

¹ FAUSTO FONZI, *Crispi e lo "Stato di Milano"*, Milano, Giuffrè, 1965.

² FEDELE MERELLI – AGOSTINO COLLI, *Il Convento dei Cappuccini e il tempio del S. Cuore di Gesù in Milano*, Milano, Conv. Cappuccini, 1987.

inocência o ódio e o desdém do povo. Assim uma bem orquestrada campanha de imprensa que apontou o dedo sobre o «Pastor que negligenciara o seu rebanho»³. Bava Beccaris, com a indignação com a qual se fazem escudo muitas vezes os hipócritas, repreendeu solenemente o cardeal e foi tal o transtorno que o próprio papa Leão XIII interrogou-se – só por alguns momentos: demasiado grande era a estima por Ferrari – se não fosse conveniente nomear um novo arcebispo de Milão, que acalmasse os ânimos e sanasse as divisões.

A Diocese de Milão

A Diocese de Milão, precisamente quatro anos antes, parecia ter reencontrado com o jovem Cardeal Ferrari todo o ímpeto que a caracterizara por séculos. Esta retomada vinha depois de um longo tormento do século que se estava concluindo.

O clero de Milão desde sempre está vizinho ao seu povo. Não por acaso Pe. Tazzoli, um dos mártires de Belfiore, escreveu que o clero milanês é, em confronto com aquele vêneto, mais culto, humilde e austero, «de sentimentos liberais, mas liberais no sentido mais belo da palavra»⁴. O clero ambrosiano parecia ter posto em prática as palavras que Parini teria dito a um jovem seminarista próximo à ordenação: «O século que não quer na sociedade tropeços ao seu natural progresso e aspira a nivelar todas as condições, tirou do clero aqueles privilégios que pareciam desde mil anos dar-lhe uma potência sem contrastes e sem exceções. Tu que és jovem, verás também estes fradinhos desalojados, vagabundos, provocarem a risada do mundo, do qual não conhecem os costumes. Continuarão só aqueles que são evidentemente ativos e úteis, porque o século não terá a coragem de fazer valer contra eles os seus pretextos. Fazei sinceramente o bem e o futuro respeitar-vos-á... Tu, filho, logo serás padre. Que tu possa não esquecer nunca a tua tremenda missão! O campo é mais do que nunca

³ Baste só uma citação de *Il Corriere della Sera*, de 16-17 de maio de 1898: «Foi a falta de coragem que o afastou de Milão? Não cremos: foi antes a idéia de lavar-se as mãos, para não dar a impressão de prestar ajuda, nem sequer por um minuto, à autoridade governativa. [...] Mas talvez a escassez da inteligência, que não permitiu ao arcebispo ver logo qual fosse o seu dever de pastor católico, foi a causa principal da deplorável abstenção».

⁴ ENRICO TAZZOLI, *Come sia avvenuto che i preti lombardi a differenza dei veneti si immischiassero nelle faccende politiche. I^a Memoria (25 ottobre 1852) al Governatore Militare di Matova Generale Culoz*, em TULLIO TAZZOLI URAGNIA, *Don Enrico Tazzoli e i suoi tempi*, Bergamo, s.d., 481-484: «(depois de ter falado do clero vêneto) A coisa é bem diversa no clero lombardo. Não há dúvidas que aqui também o princípio de autoridade é mantido, porque sem ele não existiria nenhuma religião, mas não é o único a informar as mentes do clero... Portanto, nos estudos teológicos, dado o primeiro lugar ao testemunho da Bíblia e às decisões dogmáticas da Igreja se antepõem as sugestões da razão aos aforismos das escolas e às opiniões explicadas pelos doutores e de cada verdade procura-se o caráter persuasivo e a aplicabilidade aos estudos da vida. Tem-se, portanto, menor erudição e mais ciência. As disciplinas profanas não são negligenciadas... Soberana é a ciência de Deus, mas já que esta é feita para o homem, a ciência da mente e do coração humano vem em segundo lugar e mal daquela se separa. Os Padres lombardos se dizem: Não eram talvez os Padres da Igreja os depositários do saber universal de seu tempo? ... É, portanto, louvável que os padres de hoje cultivem, depois das ciências ideológicas, também as econômicas e sociais: seria mal que aspirassem a ministérios laicais, mas é bom que destes estabeleçam os supremos princípios para mantê-los religiosos e morais. Assim o clero lombardo alcança uma cultura que ganhou-lhe a estima e o amor do povo: a sua palavra não é desdenhada nem sequer pelas mentes mais distintas entre os leigos e íntimos vínculos puseram-se entre as duas ordens. Esta amistosa intimidade importa que os Padres conheçam profundamente as necessidades do povo e os gemidos que ele emite. E por que maravilhar-se se eles tomam parte disso e sofram e façam votos para que a coisa pública melhore? ... Não existe talvez uma classe menos ávida de honras do que aquela dos padres lombardos... Sim, o clero lombardo é em geral de sentimentos liberais, mas liberais no sentido mais belo da palavra».

aberto e desimpedido, e é preciso entrar nele despidos e só com as armas da caridade e da fé, e o amor e a veneração dos povos deveria conquistar-lhes com as ações. A nossa família é o gênero humano. As nossas esperanças e os nossos temores não são deste mundo. O mundo sabe demasiado bem que a nossa caridade não deve ter limites, e se vê em nós uma exuberância de forças e de comodidades, a vê com olhos incrédulos e zombador, como se avançasse ao dever que temos para com os outros. Estuda, porque é preciso saber ver que os padres não têm medo do progresso e da verdade, e devemos ajudar os outros com todos os meios que a civilização, ou seja, Deus mesmo nos oferece. Mas, sobretudo ama, ama sinceramente, e então todos os deveres tornar-se-ão para ti fáceis»⁵.

Estes padres parecem ter feito próprias as palavras de Alexandre Manzoni nas suas *Observações sobre a Moral Católica*: «Acabaram-se talvez os ministros dignos de tal ofício? Não, Deus não abandonou a sua Igreja. Ele mantém nela homens que não têm, que não querem outra profissão que sacrificar-se pela salvação dos seus irmãos, e enquanto vêm um verdadeiro prêmio (dos perigos, dos padecimentos, da vida laboriosa) [...] o mundo [...] olhará para eles com veneração e reconhecimento; em todo ministro zelante, humilde e desinteressado, verá um *homem grande*» (cap. 8).

Mas o controle exercitado pelo Governo austríaco antes e depois da ilusão napoleônica e, em seguida, o Renascimento italiano, assim como se fora realizando, dividiram o clero e, de conseqüência, os ânimos dos católicos. Não fora certamente uma bela página de história da Igreja de Milão aquela escrita pelo Arcebispo Giovanni Battista Moncuccoli Caparra, quando promulgara, para agradar o *seu* imperador, o assim chamado *Catecismo Napoleônico*, que ensinava: «(Pergunta:) Quais são os deveres dos Cristãos para com os Príncipes que os governam; e quais são em particular os nossos deveres para com Napoleão I, Imperador e nosso Rei? (Resposta:) Os Cristãos devem aos Príncipes, pelos quais são governados, e nós em particular, a Napoleão I, Imperador e Rei nosso, amor, respeito, obediência, fidelidade, o serviço militar, as imposições ordenadas para a conservação e defesa do trono: nós lhe devemos ainda fervorosas orações pela sua saúde, e pela prosperidade espiritual e temporal do Estado». Não é nunca bom atribuir a um dever para com Deus a obediência a um príncipe deste mundo.

Mas os austríacos logo voltaram com o desejo decidido de *fazer respeitar de novo a ordem*. Assim impuseram a reconstituição dos Oblatos de S. Ambrósio e São Carlos, suprimidos no tempo de Napoleão (1810), porque considerados uma ordem religiosa (eram chamados os «jesuítas ambrosianos») e não padres diocesanos que São Carlos tinha constituído, propondo a alguns sacerdotes *oferecerem* (do latim “oblatus” = oferecido), entregarem nas suas mãos os seus direitos e as suas autonomias (naquele tempo muito fortes) a respeito do próprio bispo. Assim fazendo eles escolhiam um estilo de pobreza e de exemplaridade, e, ao mesmo tempo, dispunham-se a dar o primado ao empenho pastoral, ao ministério da palavra e da catequese, aspectos todos um pouco transcurados pelo clero daquele tempo. Junto a tudo isso, eles assumiam (ou concretizavam) um programa de vida espiritual intenso, que os sustentou no curso dos séculos. A estes oblatos, os austríacos, fazendo pressão sobre o arcebispo Bartolomeu Romilli (1847-1859), confiaram o Seminário, afastando todos os docentes

⁵ CARLO RAVIZZA, *Um curato di campagna*, Milano, Bernardoni, 1842, 280-281.

comprometidos com as idéias *liberais*, como se dizia então. Não era um bom cartão de visita e sobre os oblatos pesou sempre o suspeito, além da sua generosidade, que fossem do lado dos poderosos, desejosos de partilhar os seus poderes e privilégios e à sua imagem formassem os seminaristas. Por outro lado, os austríacos tinham (desde o seu ponto de vista) bons motivos para justificar as suas escolhas. Narra-se que, durante as Cinco Jornadas de Milão, a barricada melhor construída, aquela que resistiu às tropas de Radetzky, foi aquela feita com os bancos da escola... e os bancos da capela do Seminário, que então encontrava-se no atual Corso Venezia 11, precisamente no início de Praça San Babila e das ruas que conduzem à Catedral. Quando voltaram, foi natural que os austríacos impusessem a sua ordem também no Seminário. O último dom que Francisco José fez a Milão foi o germe da mais aguda divisão eclesiástica. Antes de retirar-se para sempre de Milão e da Lombardia, o imperador quis exercitar por uma última vez o direito de apresentar ao papa o nome do arcebispo que ele queria para Milão. Aos 12 de dezembro de 1857, Dom Romili fora acometido por um enfarte e ficara doente até a morte, aos 07 de maio de 1859. Ocorria prover rapidamente à guia pastoral de Milão, já que desde dois anos a diocese estava sem guia. Aos 04 de junho (menos de um mês depois da morte de Romilli) teve-se a batalha de Magenta, que determinou o abandono austríaco da Lombardia. O imperador Francisco José – seguindo a designação do seu ministro para o culto (05 de junho) – antes de deixar Milão, usou o seu direito e, aos 07 de junho, designou Paolo Angelo Ballerini, até agora Vigário Geral, mas aos 08 de junho Napoleão III e Vitória Emanuel II entraram em triunfo em Milão. A situação militar era incerta (só aos 11 de julho houve o armistício de Villafranca) e, em todo caso, o direito estava do lado da Corte imperial austríaca. Pio IX – com uma rapidez realmente excepcional – confirmou a nomeação imperial no Consistório de 20 de junho de 1859. O novo governo piemontês (e logo depois, italiano) não aceitou nunca esta nomeação e considerou vacante a diocese de Milão, deixando-a de fato governar pelo Vigário Capitular, Mons. Caccia Dominioni, que Ballerini nomeou seu Vigário Geral. O pobre Mons. Caccia encontrou-se numa situação paradoxal: o Governo permitia-lhe só aqueles atos próprios do Vigário *Capitular*, enquanto bloqueava aqueles atos que Ballerini autorizava com Vigário *Geral*.

Foi escolhido, para remediar tudo isso, depois de longas negociações com o Governo italiano, Luigi Nazari di Calabiana (1867-1893), bispo de Casale Monferrato, onde distinguira-se por caridade, zelo e mansidão evangélica, tanto que, quando foi proposto para Milão, um anônimo (existem sempre, também na Igreja) escreveu para Roma, denunciando-o pela demasiada familiaridade com os padres, pelos quais se fazia muitas vezes tratar de você. Calabiana inspirou-se, nos vinte e cinco anos do seu episcopado em Milão, em duas máximas. Uma era aquela do seu brasão: «Cada um me ouve». Foi seu preciso programa procurar o diálogo com todos, mesmo com os assim chamados *longínquos*, e então eram muitos. Procurou em todo modo a concórdia, o diálogo com a sociedade do seu tempo, em profunda evolução, tanto social e política, como cultural e espiritual. Não a caso este seu lema estava escrito em italiano e não, como de costume, em latim: mesmo só lendo o seu brasão poderia dar-se conta do seu desejo de diálogo e de italianidade. Em latim era, ao invés, o segundo lema do seu episcopado, que retomava uma frase de Santo Agostinho: «*in necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus charitas*». Era o que se propôs por todo o seu episcopado a respeito dos seus padres e dos leigos, e poderíamos sintetizá-lo na vontade de respeito

recíproco por todos, porque, como ele mesmo dizia, quando falta a caridade, freqüentemente extravai-se também a verdade. Quando Dom Calabiana morreu, aos 23 de outubro de 1893, sentia-se a necessidade de renovação, aliás, pedia-o precisamente aquela unidade reencontrada da diocese e foi, talvez também por isso, que Leão XIII escolheu como novo arcebispo o jovem bispo de Como, André Ferrari, que logo assumiu também o nome de Carlos. Ele nascera em 1850, quando Calabiana era já bispo desde dois anos: o jovem Ferrari pertencia verdadeiramente a uma outra época e teria tocado a ele transportar a Igreja milanesa para o novo século. Com ele também teria entrado o pequeno menino nascido em Cislago, em junho de 1898.

Uma família de camponeses

Luís era o quinto filho de José e Luísa, que eram esposos precisamente desde dez anos (04 de fevereiro de 1888). Naqueles anos, na sua pobre casa de camponeses, vieram à luz Pedro (29 de outubro de 1889), Antônio José (19 de julho de 1891), Cristina Josefa (13 de março de 1894), Pedro Carlos (06 de junho de 1896). Os nomes dos dois últimos nascidos são um sinal: Josefa viera quase a consolar os pais pela morte de Antônio José, acontecida menos de dois anos antes (15 de novembro de 1892), talvez por difteria. Pedro Carlos tinha-os consolado pela morte de Pedro, o primogênito, acontecida aos 17 de junho de 1894. Também Luís, ao nascer, parecia delicado, tanto que foi batizado depois de poucas horas, nem pareceu melhorar nos meses sucessivos, e quando, aos 23 de julho de 1899 o Cardeal Ferrari veio em visita pastoral a Cislago, a mãe pediu que fosse crismado, mesmo se tinha pouco mais de um ano: tempos atrás, aos meninos em perigo de morte não se dava a assim chamada *extrema unção*, mas a crisma, para que fossem «perfeitos cristãos», como recitava o catecismo de Pio X.

Rumo ao Ano Santo

Como cresceu o jovem Luís? Creio que poderíamos recolher muitos elementos em redor de uma data: o ano de 1900. Este encerrava (e abria) um século e foi o primeiro Ano Santo depois de 125 anos, depois de um século trágico (e por isso maravilhoso) para a Igreja. O século precedente abrira-se sem papa: aos 29 de agosto de 1799, Pio VI morrera no exílio (um eufemismo para não dizer: prisioneiro) na França, em Valence, e os jornais anunciaram que com a sua morte acabara-se a Igreja Católica, já que os cardeais eram dispersos, reduzidos a simples cidadãos; suprido o Estado Pontifício e com ele toda a Cúria romana; confiscados todos os seus bens e transferidos por força para Paris os Arquivos Vaticanos e os tesouros dos seus Museus, muitos dos quais se perderam para sempre. Foram precisos seis meses e a benévola permissão de Napoleão, que já tinha conquistado o poder e contava com o apoio dos cristãos, para que os cardeais, reunidos no mosteiro protegido da ilha de S. Jorge, em Veneza, elessem o novo Papa, Pio VII. O início deste pontificado, que começava um século novo, foi melancólico e pobre, e mais do que nunca evangélico. Naquele tempo era necessário coroar o papa com o trirregno e então os monges beneditinos, desde sempre cultores da arte, construíram uma tiara com a calota de madeira revestida com papel estanhado (sim, aquele dos bombons!) dourado e prateado e com pedras duras no lugar das costumeiras gemas: uma verdadeira jóia de artesanato, esplêndida também

hoje para ser vista na beleza da sua pobreza. Não houve tempo para celebrar um Ano Santo naquelas circunstâncias. Nem foram tempos melhores aqueles sucessivos: em 1825, a tensão pelos motins revolucionários que agitavam a Europa, impeliu a ter um Jubileu modesto (foram calculados pouco menos de 300.000 peregrinos) e em 1850 o papa preferiu suspendê-lo, porque demasiado recentes eram as lembranças dos motins de 1848-49 e da primeira guerra de independência italiana (ainda hoje, para indicar uma grande confusão, em italiano, se diz «fare un Quarantotto» = fazer um quarenta e oito). Enfim, em 1875, Pio IX encerrara-se voluntariamente no Vaticano, para protestar contra a falta de independência que lhe derivara da conquista de Roma, que se tornara capital da Itália, com a entrada dos italianos em Roma, pela Porta Pia, em 20 de setembro de 1870.

Agora, em 1900, todos esperavam que se abrisse um século novo, precursor de novas esperanças e de maior bem-estar; que deixasse o lugar do ódio ao amor; trouxesse paz e não mais guerra; justiça e não mais violência; liberdade e não opressão. Talvez eram esperanças utópicas: os sinais da prepotência e da violência eram muito mais fortes, tanto na Itália, como no contexto europeu e mundial. Todas as nações européias enfrentavam o novo século permeadas por um delírio de potência, se não de onipotência: a corrida aos armamentos e às colônias, desencadeara instintos de guerra e o imperialismo parecia a nova doutrina, sustentada pelos sinais de evidente crise mortal dos antigos impérios ainda existentes: o império russo dos Czares ainda demasiado atrasado; aquele austríaco, composto por etnias demasiado diversas; aquele chinês, destruído pela sua corrupção. Os impérios recentes não tinham mais como chefes aquelas figuras de uma certa maneira carismáticas que permitiram o seu efêmero constituir-se: em Londres não havia mais uma quase mística Rainha Vitória e em Berlim Guilherme II não recordava mais os conselhos de Bismarck. Também na Itália, precisamente durante o Ano Santo (aos 29 de junho de 1900), enquanto ia para o palácio real de Monza, o rei Humberto I era assassinado pelo anárquico Bresci, que queria vingar as vítimas da repressão de Milão de dois anos antes.

A estas sombras o Papa Leão XIII (1878-1903) quisera opor a esperança que nasce da fé. Por isso confiara o Jubileu e o novo século ao Sagrado Coração, consagrando-lhe toda a humanidade. Em muitas casas, e certamente também na casa de Luís, em Cislago, guardava-se com veneração – muitas vezes precisamente sobre a porta de entrada – a imagem do Sagrado Coração, que convidava a ter confiança num Deus que nos ama com todo o Seu coração, já que, como diziam os nossos antepassados, «o Senhor não faz as coisas que não se devem fazer»; Ele quer sempre o nosso bem, mesmo quando nos parece um pouco difícil acreditar.

A santa Família

O Ano Santo foi também ocasião para recomendar com maior insistência a devoção à Nossa Senhora e ao rosário. As revelações-exortações de Nossa Senhora em 1830 à Catarina Labouré, que foram depois retomadas pelas aparições em La Salette (1846) e em Lourdes (1858); em Pontmain (1871) e Pellevoisin (1876) e que seriam culminadas com aquela de Fátima (1917), influíram sobre a decisão de Pio IX de definir dogmaticamente a Imaculada Conceição de Maria (1854), e todas estas coisas juntas recordaram muito a importância da oração à Nossa Senhora, sobretudo do rosário, que os papas recomendavam para o mês de outubro (o mês do rosário) e de

maio (o mês de Nossa Senhora). Em todas as famílias recitava-se o rosário: toda noite, enquanto a mãe arrumava a cozinha, iniciava o seu «Ave, Maria» e o pai perto da lareira enquanto fazia algum pequeno trabalho, e com ele as crianças, recolhidos junto ao fogo, com os olhos que começavam a se fecharem pelo cansaço, respondiam juntos: «Santa Maria, ... rogai por nós». Deste modo a família, cada noite, encontrava-se e os filhos aprendiam do pai e da mãe que o trabalho cotidiano é oração (ali era recordada a fadiga do dia e os pratos lavados eram a sua não última empresa) e que Deus e a sua Mãe, Maria, têm um lugar na casa, em toda casa, para que nos protejam do Céu; e precisamente porque Deus é um Pai bom e Nossa Senhora uma Mamãe solícita, ocorre recordar-se de *honrá-los* cada dia. Como saudávamos cada dia, quando éramos pequenos, os nossos pais e, quando adultos, a pessoa (as pessoas, porque dom de amor são os filhos) que amamos, assim cada dia o cristão saúda Deus com as orações da manhã e Maria com o rosário na noite.

Falar de Nossa Senhora e com Nossa Senhora todos juntos em família, fazia vir em mente a todos a família de Nazaré. Existem ainda em circulação santinhos o quadros de artesanato pobre, que representam José enquanto está aplainando uma trave, e perto dele, está Jesus menino que o ajuda, enquanto no ângulo, Maria fia ou costura, e no entanto, olhas os seus homens com um olhar pleno de amor, com a ternura de uma esposa e de uma mãe. Aquela imagem era uma catequese: assim deviam ser as famílias cristãs, unidas no amor recíproco dos esposos entre si e com seus filhos. Aquela imagem ensinava que dom precioso é o amor de uma família, já que, onde reina o amor, ali está Deus, e que todo pai e todo esposo é como José e como ele é santo; que toda mãe e toda esposa é como Maria e como ela santa; e que todo filho é Jesus na sua casa, e como ele todo filho é santo. Em poucas palavras: a família de Nazaré recordava a todos que, na família, tornamo-nos santos e que cada membro da família faz tornar santos os outros e todos juntos tornamo-nos santos, na recíproca ajuda, imitando aquela Santa Família. Aquela imagem era um programa: na família aprende-se a amar; crê-se no amor; vive-se no amor. Com aquela ícone os cristão de então souberam resistir à propaganda recorrente dos anticlericais que zombavam da família cristã, difundindo mentiras sobre este valor e sustentando, desde 1865, o divórcio – repondo-o obstinadamente em cada nova legislatura – gabando a negação da eternidade do amor (que é a essência do ser humano) como triunfo da liberdade e da dignidade da pessoa.

Foi uma luta tenaz, mas não a única contra a Igreja. Basta tornar com a mente a quanto aconteceu depois dos motins de 1898: foram suprimidas todas as *societades* com vínculos políticos, a não ser a Maçonaria. Ao coro de protestas, o Grande Mestre, Ernesto Nathan, respondeu afirmando que a razão era evidente: «a Maçonaria não é uma associação política. É uma associação patriótica e educativa»⁶. Quando depois a Maçonaria tomou o governo administrativo de Roma e Ernesto Nathan tornou-se seu prefeito, formou-se um *bloco*, entre Maçons, socialistas, radicais e demconstitucionais, que propôs ao Governo e ao parlamento que declarasse estranho à escola primária o ensino religioso (14 de janeiro de 1908). Atrás deste pedido havia a tomada de consciência que os católicos, agora, voltaram a *contar* e que as massas eram sensíveis à sua voz. Com efeito, disse o deputado Leonida Bissolati, no seu discurso na

⁶ ROSARIO ESPOSITO, *La Massoneria e l'Italia dal 1800 ai nostri giorni*, Roma, Paoline, 1956, 152.

Câmara: «Uma grande crise é eminente. Isso diz o grande despertar, que é preciso realmente reconhecer, das forças católicas; pois bem, nós devemos enfrentar esta crise! Esta crise não se evita com os expedientes, com os meios mesquinhos. Esta crise é preciso enfrentá-la! [...] (De outro modo) muitos de nós serão submergidos»⁷. A proposta do bloco foi reprovada com um voto indiscutível (347 contra 60) e Giolitti, novo presidente do Conselho, pensou (ou afirmou) em mediar, atribuindo aos municípios a faculdade de decidir sobre o ensino religioso. Parecia uma concessão equilibrada; na realidade, era precisamente o que o *bloco* queria, já que tinha o controlo das maiores cidades italianas.

A devoção à Eucaristia

Ao lado da devoção à Maria e ao Sagrado Coração, havia também a devoção à Eucaristia, uma típica devoção *ambrosiana*, já que São Carlos Borromeu a tinha recomendado através da constituição, em todas as paróquias da diocese, da *Confraria do SS. Sacramento*, à qual – não por acaso – eram inscritos os pais de Luís. A pertença à Confraria comportava um empenho, um estilo de vida (hoje diríamos: um testemunho): da oração pessoal e pelos outros, à frequência da missa cotidiana, à atenta formação cristã dos filhos, para que eles não assumissem os elementos da fé somente do ambiente social ou da catequese paroquial, mas também (sobretudo) da família, onde mais fácil é interrogar e mais simples e imediato (e, portanto, incisivo) responder, com a autoridade da confiança, que nasce do afeto.

Neste contexto viveu o pequeno Luís: honrando os seus pais e amando os seus irmãos, inclusive Mário, que nasceu aos 09 de fevereiro de 1909.

A sua primeira escola de amor foi a sua pobre casa; os primeiros mestres e testemunhas do primado da caridade (isto é, do amor que se doa e prefere dar em vez que pretender) foram os seus pais e os primeiros ajudantes e companheiros nesta escola de amor foram os seus irmãos e a irmã, com os quais aprendeu como se quer concretamente bem uns aos outros; o que quer dizer concretamente «amar-se como irmãos». Em poucas palavras: a sua família ensinou-lhe, com a vida de todos os dias, o estilo da Igreja primitiva, o estilo do Evangelho.

⁷ Tirado de ALDO ALESSANDRO MOLA, *Storia della Massoneria italiana dalle origini ai nostri giorni*, Milano, Bompiani, 1992, 321.

BEM-AVENTURADOS OS POBRES DE ESPÍRITO

«BEM-AVENTURADOS OS POBRES DE ESPÍRITO,
PORQUE DELES É O REINO DOS CÉUS» (Mt 5,3).

Premissa

Esta bem-aventurança parece acompanhar Luís Monza na sua infância. A sua era uma pobre família de camponeses. Naquela época os camponeses eram ainda o eixo que sustentava a estrutura social e viviam em condições que Riccardo Bacchelli, no romance *Il mulino del Po*, conseguiu descrever, e Ermanno Olmi, no filme *A árvore dos tamancos*, representar.

Pobreza e doença, fadiga e dor são normalmente companheiras. Visitaram – como se viu – também a família Monza. Luís cresceu, como todos os meninos do seu tempo, no pátio do sítio, entre os campos, ao lado do pai, pronto a ajudá-lo, na medida em que podia um menino.

Na escola da pobreza

A vida dos campos tem uma sua *regra*, uma sua ordem e uma sua disciplina. Pede sacrifício, paciência e esperança. A semente jogada desaparece na terra e por longos meses permanece escondida. Assim cada ano o camponês e a sua família educam-se à expectativa: esperam com confiança que o suor do trabalho dê fruto; confiança que a renúncia (à semente jogada no solo antes que fazer dela farinha) será recompensada por uma colheita abundante. Educam-se à esperança que nada (geladas inverniais, chuvas primaveris, temporais estivos) destrua o fruto antes da colheita. Educam-se cada ano a recordar que Algum Outro é dono do tempo (o longo tempo da espera) e das estações (com os seus frutos). O camponês é naturalmente religioso, porque cada ano é chamado a recordar que tudo (da sua vida à terra) está nas mãos de Deus.

Escola de pobreza é a vida dos campos, sobretudo para o pequeno proprietário ou o meeiro ou o arrendatário, como era José, o pai de Luís, cultivador das terras dos Castelbarco, senhores de Cislago desde 1716. O camponês sabe que, para ter sempre o necessário, deve sempre renunciar ao supérfluo e quando o filho pergunta-lhe porque os filhos do rendeiro (ou alguém mais rico do que eles) põem o queijo ralado sobre a sopa ou sobre o macarrão, com prontidão o pobre pai pega um punhado de farinha e derrama-o sobre o prato do filho, dizendo-lhe: «Eis também para ti o queijo. Agora come». O camponês educa-se ao pudor da pobreza, que não se ostenta; educa-se à discrição, sobretudo a respeito dos filhos; veste-se de pudor precisamente com eles, porque o pobre não ama fazer sofrer, sobretudo os pequeninos, e encontra as mil habilidades do amor, para que o sorriso não falte e a inocência continue por muito tempo: a uma criança basta uma colher de açúcar na qual molhar a polenta, para que seja contente e um pouco de sal no bolso, para que nos campos recolha um fruto e o coma saboroso.

Assim foi educado Luís: a permanecer puro de coração; a guardar a alegria e o sorriso; a ter confiança; a ser discreto, pobre, temperante, paciente e tenaz, esperando o tempo, que é de Deus.

Na escola primária

Ao lado da educação da família, aquela da sociedade. Quando, em 1904, Luís cumpriu os seis anos, foi inscrito no primeiro ano primário, que já desde muito tempo era obrigatório. Quisera-o o ministro Michele Coppino, em 1876. Era certamente um empenho para a promoção social, mesmo se talvez escondia (assim como de fato era realizado) uma intenção de antagonismo com o Evangelho e a Igreja, que era o seu guardião. Com efeito, a lei previa a obrigatoriedade por três anos (dos seis aos nove anos de idade), a gratuidade e que a instrução primária não fosse ligada e nenhuma confissão, pelo qual a religião era substituída por um curso de educação aos deveres do homem e do cidadão. Propriamente Coppino, com a sua lei, não precisava se o ensino da religião fosse abolido e esta reticência deu acesso a opostas interpretações. Assim alguns municípios (como, por exemplo, Bolonha, Brescia, Gênova, Módena, Nápoles, Turim, Veneza) interpretaram o silêncio da lei Coppini como uma exclusão do ensino religioso da escola. Outros municípios, como por exemplo o de Milão, decidiram que a religião não entrasse mais entre as matérias que concorriam para a promoção ou reprovação do aluno, deixando livres os professores de ensiná-la, segundo os desejos das famílias dos alunos. Outros municípios ainda, sobretudo na região de Veneza, deram à mesma lei uma interpretação oposta e continuaram a dar o ensino religioso. Algum tempo depois, aos 30 de setembro de 1880, o ensino religioso vem eliminado do programa das escolas de preparação dos professores de escola primária. Os professores e as professoras, portanto, vinham preparados didaticamente sobre todas as matérias, a não ser que sobre o ensino da religião, que também lhes competia por lei.

Ocorre, em todo caso, evitar todo pessimismo. Foi o momento triunfal das irmãs, que se inserem em massa nas escolas normais: obtidos os títulos legais, teriam continuado sua missão evangelizadora. É belo em tal sentido ler o comentário de um jornal maçom, que, com raiva, deve reconhecer: «Estas freiras, para justificar diante da lei a sua posição, dedicaram-se ao ensino; estudaram mesmo se os anos pesassem sobre as suas costas; aprenderam de cor todos dos regulamentos emanados pelos ministros da educação que, de 1859 a 1876, sucederam-se; conseguiram os seus bons diplomas de professoras primárias ou de segundo grau, puseram-se em perfeita regra com todas as exigências da autoridade civil e depois disseram: “em nome da liberdade de ensino, abrimos nos conventos que tivestes a generosidade de deixar-nos, outros tantos institutos educativos, onde recolheremos meninas de toda idade, de toda condição, de todo lugar, para fazer delas mulheres católicas apostólicas romanas, para preparar para a Itália mães piedosas e religiosas, que por sua vez educarão na mesma escola os seus filhos”»⁸.

Qual fosse a condição real do ensino religioso em muitas cidades italianas, não-lo pode ilustrar o que aconteceu em maio de 1893, em Milão. Nas escolas de Via Ansperto, uma professora (mas, pelo que parece, havia outras) fazia recitar as orações.

⁸ [GAETANO PINI], *Gli Oratori Femminili a Milano. Relazione ad una Società Filantropica*, Milano, Giuseppe Civelli, 20 luglio 1877, 4-5.

Contra isso protestara na Câmara Municipal o vereador De Andreis, que solicitara um inquérito para estabelecer em quantos outros casos acontecesse tal *abuso*. Foram ouvidos também os pais dos alunos *doutrinados* e, de 40, 32 responderam que tinham aprovado a escolha da professora. Isso não bastou a De Andreis e ao seu grupo: ele queria, disse, uma escola «leiga», nem religiosa nem atéia, mesmo se confessava que para ele a religião cristã era «o cume da invenção para manter pobres e calmas as massas deserdadas, fazendo delas uma rebanho de ovelhas»⁹. No ano escolar seguinte, enfim, a professora incriminada e uma sua colega foram transferidas por intervenção do ministério. Tudo isso era, porém, ainda pouca coisa a respeito das vexações sofridas nos primeiros dois decênios do século vinte, antes da lei Gentile.

Com efeito, aos 06 de fevereiro de 1908, foi aprovado o novo Regulamento Rava, que garantia a *todos* a liberdade do ensino religioso e, assim, de fato, tornava-o *facultativo para todos*, não só para os pais, mas também para todos os níveis da administração pública: esta podia recusar-se de organizá-lo, mesmo se a maioria da população o desejasse¹⁰. Não saberíamos dizer como foram aplicadas estas leis e estas circulares em Cislago. Precisamente no meio destas turbinosas vicissitudes formativas, em maio de 1905, Luís fazia a sua primeira comunhão.

Certamente a Providência pareceu acompanhar Luís, porque, pelo que parece, ele, pelo menos no último ano de escola, no terceiro ano primário (ano escolar 1907/8), teve como professora uma freira, Irmã Vivina Cordero, das Irmãs de S. José Bento Cottolengo, que chegara em Cislago em 1905. Esta irmã transmitiu-lhe o espírito missionário: era o fruto de um estilo característico das congregações religiosas que surgiram no século XIX e que é bem resumido pela página irritada contra a irmã acima citada. A Irmã Vivina, além disso, transmitiu ao seu aluno o carisma do seu Instituto, o primado da caridade, do serviço aos últimos, vivido na paz e com o sorriso que J. Cottolento recomendava e queria que fosse recordado nos seus institutos pelo toque do sino cada hora. Talvez esta irmã (e as coirmãs no lugarejo) deixou na mente de Luís as últimas noções escolares e no seu coração o tríplice ensinamento: andar no mundo sem temer as suas dificuldades; ir lá para defender a caridade de Cristo; ir com a alegria que é a sua cifra. Talvez por isso Luís confiou que devia à Irmã Vivina Cordero a primeira fálscia, a primeira intuição da sua vocação.

Luís frequentou a escola primária na maneira dos filhos dos pobres de então: até o terceiro ano primário. Depois dos exames que concluía a escola obrigatória, estes meninos eram esperados pelos trabalhos dos campos ou pelas lojas como criados. Quem queria, podia estudar de noite, nas escolas noturnas que alguns municípios e oratórios organizavam para os jovens trabalhadores. Luís, portanto, depois do terceiro ano primário começou a trabalhar na dobagem e como criado do sapateiro e, no entanto, estudava de noite.

Na escola da Doutrina cristã

A instrução primária obrigatória merece uma outra anotação, porque na diocese de Milão (e em geral na Lombardia e no Vêneto, pelo que me consta) esta era uma

⁹ *Osservatore Cattolico*, 29-30 dicembre 1892, n. 296, p. 1.

¹⁰ ANGELO MAJO, *Il card. Ferrari, i cattolici e il catechismo nella scuola*, Milano, NED, 1995.

tradição já secular, ligada às *Escolas da Doutrina cristã*. Foi São Carlos quem as estruturou naquele modo que chegou – com as alterna vicissitudes dos séculos¹¹ – até ao Pe. Luís Monza e quase aos nossos dias. São Carlos conheceu a experiência de alguns leigos (Tomasone l'Usuraio, Albertino Ballarati, Angelo Porro) e sobretudo a obra organizada minuciosamente por um padre, Castellino da Castello (1491-1566) e a propusera para toda a diocese. Nestas *Escolas* não se aprendia só o catecismo, mas também a ler e escrever, já que cada criança recebia o seu livrinho e o seu caderno, para apontar as perguntas do professor e ler com ele a lição: também Renzo, em *Os Noivos*, sabe ler, ainda que com fadiga (não se mantivera em exercício). As *Escolas* foram a mais popular e vasta escola primária antes que nascesse o Reino da Itália, tanto que o ministro da instrução, Natoli, revelou-o na primeira relação sobre as condições da instrução na Itália desde pouco tempo unida.

Estas *Escolas da Doutrina cristã* foram relançadas precisamente pelo Cardeal Ferrari, através dos oratórios. Estes são o fenómeno mais interessante da pastoral juvenil em terra ambrosiana nos últimos dois séculos, desde quando um leigo, José Figino (1747-1802), um barbeiro que tivera que renunciar ao seu desejo de consagrar-se ao Senhor para assistir a sua pobre família, começou a recolher, no quarto por trás da sua loja, os meninos dispersos, que se reuniam em pequenas bandas nas margens do canal, que então atravessava Milão. J. Figino atirou-se nesta missão com entusiasmo: participava dos jogos; dava aulas de catecismo; organizava representações cênicas e exercícios militares (estava-se na época napoleônica) e os resultados chegaram: o número dos jovens e dos colaboradores cresceu tanto que levou rapidamente as estruturas ao colapso. José Figino criou uma tradição nova, aquela do laicato que não dependia mais, mas colaborava ativamente com os sacerdotes na educação dos pequeninos e dos jovens e punha-se precisamente esta educação como finalidade primária. O Cardeal Ferrari sustentou os oratórios com todas as suas forças desde a sua chegada na diocese e daí nasceu um slogan: «Um oratório em cada paróquia». O oratório era escola de espiritualidade e de vida cristã. Aos participantes requeria-se a recitação do Ofício de Maria Virgem; a Santa Missa, a explicação do Evangelho e a Bênção do Santíssimo Sacramento; a Doutrina Cristã; a Confissão e a Comunhão; os Exercícios Espirituais cada ano. A vida oratoriana, depois, era rica de tantas iniciativas aptas ao espírito dos jovens, segundo o modelo educativo: evitar o ócio e estar em alegria.

Luís, portanto, como todos os meninos, participou da vida do Oratório e assimilou a sua disciplina espiritual e o seu estilo de fraternidade, que educava (e educa) também os litigiosos, plasmando meninos, jovens, homens que criam (e crêem) que «nenhum homem é uma ilha» e que característica da vida cristã é tornar presente em toda época da vida o estilo e o espírito comunitário da Igreja dos *Atos dos Apóstolos*.

A serviço do altar

¹¹ ENNIO APECITI, «L'Oratorio Ambrosiano da san Carlo a fine Ottocento», *La Scuola Cattolica* 122 (1994) 511-584; ID., «L'Oratorio Ambrosiano dal Cardinale Ferrari ai nostri giorni», *La Scuola Cattolica* 122 (1994) 735-854; ID., «Contributo alla storia degli Oratori Ambrosiani. Due tessere per un mosaico», em *Studi in onore di Mons. Angelo Majo per il suo 70° compleanno* (= Archivio Ambrosiano 72), Milano, NED, 1996, 39-64.

Entre todas as atividades propostas aos meninos do Oratório, havia uma particular pelo empenho que requeria: ser coroinha. Era uma tarefa reservada aos meninos e nem sequer a todos, porque comportava não poucas condições. Em primeiro lugar requeria que se conhecesse todos os ritos litúrgicos (pelo menos a missa, a bênção do SS. Sacramento, o funeral e o matrimônio) e não só o seu desenvolvimento exato, mas também todas as *respuestas* aos convites do celebrante, porque naquele tempo a missa era em latim e o povo normalmente não intervinha (mesmo se o Cardeal Ferrari recomendava o uso do pequeno missal) e recitava antes o rosário, para estar assim em comunhão com o memorial do Senhor Jesus que acontecia sobre o altar. Tocava ao coroinha dialogar com o celebrante e o menino sentia-se investido por esta responsabilidade comunitária, enquanto, inclinado, ao sacerdote que dizia: «*Introibo ad altare Dei* (Subirei ao altar de Deus)», respondia: «*Ad Deus qui laetificat juventutem meam*». E o sacerdote retomava: «Confessai-vos ao Senhor, porque é bom (*Confitemini Domino, quoniam bonus*)». E o pequeno ajudante proclamava: «A sua misericórdia dura em eterno (*Quoniam in saeculum misericordia eius*)». Em fim de contas, era um latim que também um menino podia entender; assim o coroinha crescia sabendo (e repetindo-se) que Deus é bom e torna alegre a juventude. Nascia espontaneamente uma grande confiança em Deus e, ao mesmo tempo, um forte sentido da sua presença e da honra que ocorre prestar-lhe. Confiança pelo fato que se estava perto dele; que se estava entre as pessoas mais vizinhas àquele Deus «escondido nos místicos véus» do pão e do vinho. Sentido da honra que se deve dar a Deus durante as celebrações, que requeriam atenção e compostura: havia o silêncio... quase rigoroso já na sacristia, sobretudo desde o momento em que o celebrante começava a vestir os paramentos, murmurando algo de misterioso para cada paramento sagrado que o coroinha lhe oferecia; havia que fazer as inclinações, conservar as mãos juntas (com o cuidado que o dedão direito estivesse encima do esquerdo: «no ombro direito – dizia a irmã, enquanto penteava os coroinhas antes do início da missa cantada – está o nosso anjo da guarda e então o dedão direito esmaga o mal, que está no esquerdo») e os ouvidos atentos a perceber o momento no qual o sacerdote terminava a epístola, para pegar o pesado missal e colocá-lo do outro lado do altar. Entre os coroinhas havia também uma hierarquia precisa, garantida pela fidelidade (aos turnos de serviço): só os mais idosos podiam carregar o turíbulo, sabendo-o mover de modo que o fumo do incenso fosse sempre dirigido para o altar que se devia sempre honrar. Assim, ao lado da confiança e do respeito (a honra) de Deus, crescia o sentido do dever e do empenho e a consciência que nem todos tinham *jeito* para ser coroinha tornava-se um primeiro (muito devagar e cotidiano) discurso vocacional. No desejo do menino que se oferecera ao pároco ou ao assistente do Oratório «para ajudar a missa», havia um germe de vocação: o menino entendia que a vida é um dom e uma chamada; entendia que Deus espera alguma coisa de cada um de nós. Naquela idade era o serviço litúrgico; depois poderia ter sido uma outra coisa, em todo caso um compromisso a «fazer frutificar os talentos» dados por Deus; talvez podia ser o assemelhar-se ao padre com o qual se subia ao altar, que tornava alegre a juventude. Também para este incipiente caminho vocacional, o coroinha vestia-se como um pequeno padre. «E se Deus chamasse também a mim?», era a pergunta normal de todo menino enquanto adorava a hóstia, levantando a extremidade da casula do sacerdote, para que também ele, o padre, adorasse o Senhor que tinha feito presente nas suas mãos. «E se Deus

chamasse também a ti?», era a pergunta normal que um padre sensível vazia aos coroinhas mais devotos, iniciando com eles aquele modesto, mas regular, e por isso incisivo, caminho de direção espiritual que acontecia na confissão semanal: os pecados de um menino tornavam-se vereda de vida. Com efeito, o serviço do altar educava a um estilo: o coroinha devia – na medida em que pode fazê-lo um menino normalmente vivaz e inteligente – testemunhar na vida a sua tarefa; devia ser digno do seu serviço. Devia, portanto, dar o melhor de si na família e na escola, no oratório e em todo outro lugar. Não podia ser medíocre nem desleal no jogo no Oratório ou indolente no catecismo; não eram admitidas nele palavras vulgares e, aliás, um bom coroinha, pelo menos no seu coração, dizia uma jaculatória (*Bendito seja Deus*) cada vez que ouvia uma blasfêmia, para cancelar com o seu louvor a Deus a ofensa que lhe fora dirigida. Assim o coroinha educava-se a ter o sentido da intercessão; a responsabilizar-se pelos outros e sobretudo pelos seus pecados; habituava-se a rezar por eles; a vencer com o bem o mal, oferecendo os seus *fioretti* em compensação pelas más ações dos homens. O coroinha não conhecia estes irmãos pecadores, mas não importava, porque ele sabia (ensinava-lhe o seu padre na confissão semanal) que toda boa ação que entra no mundo (e podia ser a sua) traz um pouco de paz e de justiça, um sorriso em alguma parte do mundo, enquanto cada ação malvada (e podia ser a sua) introduzia em alguma desconhecida parte do mundo um sofrimento, uma dor, uma lágrima. Assim o coroinha aprendia a amar os irmãos e as irmãs que estavam longe e crescia nele, tranqüilamente, um ânimo *missionário* e *católico*; crescia nele o sentido da *comunhão* que compagina a Igreja, o sentido de responsabilidade, porque dependia também dele (da sua oração, das suas ações) que o mundo melhorasse ou piorasse.

Creio que baste – ou pelo menos seja suficiente – para fazer intuir quais as virtudes que dia a dia penetraram no coração de Luís e qual tenha sido o fruto da missa cotidiana com a comunhão freqüente à qual o habituaram seus pais com o seu exemplo.

O «diálogo fugitivo»

Ele teve também a sorte de ter padres que acreditavam nestas coisas e tinham a virtude própria do padre que ama o seu Deus e os seus irmãos, a virtude do *discernimento* ou do olhar atento a ler no coração dos seus paroquianos – sobretudo dos meninos e dos jovens – para levá-los a reconhecer o sonho que Deus está fazendo sobre eles, a proposta de felicidade que Deus depositou em seu coração, chamando-os à vida.

Os seus padres, sobretudo o Pe. Luís Vismara, antes coadjutor e depois pároco de Cislago, mas também Pe. Pedro Folli, por sua vez coadjutor, notaram – contou-o o Pe. Vismara – que aquele menino «bastante tímido e reservado» tinha «um temperamento sensível, afetuoso e uma vontade forte e decidida» e que recebia freqüentemente a Comunhão e amava a vida do Oratório. Um dia, portanto, veio a pergunta explícita: «Você quer ser padre?». O pároco recordava, ainda muitos anos depois, a reação do menino: Luís «pronunciou um não apressado e decidido e foi embora correndo». Estupor? Perturbação? Sensação de ver descoberto o próprio segredo? Reação de um tímido a uma proposta que avaliara já demasiado alta para ele? Ou aquela de um pobre que sabia estar impedido pela sua indigência a embocar uma estrada mil vezes sonhada? Quem poderá sabê-lo? A resposta de um jovem a Deus é

sempre um segredo: quem pode explicar o amor? Só quem o prova intui a sua verdade inexprimível. Não existirão nunca palavras capazes de exprimir como um menino, um jovem, um adulto possa um dia chegar a dizer: «Senhor Jesus, tu és tudo para mim. Desejo somente tu. Amo somente a ti». E o Pe. Luís dizia: «Um só é o bem: possuir Deus; todo o resto é nada».

Não sabemos quando aconteceu este *diálogo fugitivo*, certamente entre os dez e os catorze anos de idade. Em todo caso, foi o início de uma caminhada. Aplacado o tumulto do coração, Luís começou (ou continuou) a olhar no seu íntimo com a clareza de quem entreviu o ideal e pergunta-se «por que precisamente eu? Serei capaz?». É a pergunta inevitável: esta foi feita também por um coetâneo do Pe. Luís (a diferença é só de um ano), destinado como ele ao serviço da Igreja e circundado como ele pela fama de santidade, Giovanni Battista Montini, Paulo VI, que, jovem padre, escreveu: «Tu só. Eu estou cheio de desejos e de fraquezas. O primeiro ato da confiança é preferir-te a todo desejo. Tu só. Como é terrível a tua presença. Tu investigas dentro e Tu conheces e julgas; Deus, como me julgas? Mas Tu sabes que eu te amo»¹². E o Pe. Luís dizia: «Ó Senhor, tudo por Ti; devesse renascer cem vezes, sempre tudo por Ti»¹³.

Os primeiros contrastados passos

Não nos assobremos, então, se aos quinze anos de idade (em setembro de 1913), Luís partiu, com dois concidadãos, para o Instituto Missionário Salesiano de Penango Monferrato, perto de Asti. Creio que não existam palavras melhores daquelas anotadas pelo seu pároco: «Veio, porém, finalmente também para ele, a hora do Senhor, depois de longos anos de espera. Com efeito, aos 14 anos pôde ser endereçado com dois concidadãos ao Instituto Missionário Salesiano de Penango Monferrato. Com um patrimônio escolar de pouco mais de uma terceira série primária, uma boa inteligência, mas sobretudo com a sua tenaz vontade toda protendida para o ideal, e o seu não comum espírito de sacrifício, pôde superar as duas primeiras classes ginasiais num só ano escolar. O período transcorrido em Penango deixou uma marca notável na formação espiritual de Luís, que recordará sempre aquele lugar como um paraíso, onde, na escola do grande S. João Bosco, aprendeu a arte educativa e, ao mesmo tempo, começou a conhecer e a amar as belezas escondidas e íntimas da vida religiosa que sempre em seguida apreciou e fez apreciar». E, depois de ter descrito as vicissitudes familiares que o impeliram a não voltar para Penango, Pe. Vismara continua: «Luís não se desanimou, mas adaptou-se à vontade de Deus com generosidade e sentido de responsabilidade. Retomado o seu lugar, pode-se dizer de chefe de família, submeteu-se ao mais duro trabalho. Como isso, porém, não entendeu abandonar o pensamento do sacerdócio: com grandes sacrifícios, ajudado pelos coadjutores de Cislado, continuou o estudo roubando o tempo sobretudo ao sono e prejudicando também a sua saúde. Não deixou de lado nem sequer de exercitar o apostolado entre os coetâneos e os meninos do Oratório, ajudando o sacerdote assistente com admirável zelo e capacidade».

¹² *Istituto Paolo VI, notiziario* n. 27, maggio 1994, 36.

¹³ [DON LUIGI MONZA], *Una proposta di vita*, Pontelambro, Ed. La Nostra Famiglia, 1976, 111.

Nestas páginas transpira o afeto comovido de quem percebe ter sido instrumento de Deus, já que não se resignou ao destino e estimulou a sua inventiva, semeando confiança e tenacidade e, enfim, sustentou a sua coragem de ousar. Com efeito, Luís era pobre (se não indigente) e um pouco adiante nos anos, mas o Pe. Vismara (e com ele Luís) não se fez espantar e, com tenacidade, antes ajudou-o a estudar de noite e com inventiva, depois informou-se junto aos superiores do Seminário, procurando a solução mais conveniente. Então falou sobre isso ao jovem e, finalmente, em 1º de outubro de 1916, Luís começava a quarta série ginásial no Colégio Villoresi, de Monza. Fora enviado ali como clérigo-prefeito: era para todos os efeitos um seminarista, com as obrigações do estudo e de piedade conseqüentes, e no entanto teria seguido uma classe de meninos internos do Colégio por todo o tempo escolar. Deste modo podia manter-se nos estudos do seminário e não pesar sobre a família. Mas podia também adquirir uma rara experiência educativa: ele teria certamente roubado o tempo para o estudo e a oração, mas teria passado todo o seu tempo (exceto aquele da escola matutina) com os rapazes que lhe eram confiados; teria seguido o seu jogo, o estudo e o repouso (dormia no dormitório com eles); teria estimulado as suas capacidades; consolado as tristezas ou educado as asperezas; em suma: teria sido o seu educador, de uma certa maneira, era já naquele modo um *pastor*.

As palavras de uma mãe

Ao lado do afeto do Pe. Vismara, põe-se (e o precede) o amor dos seus pais. Não podemos esquecer as condições desta família que não se libertou nunca da indigência, provada pela morte e pelo sofrimento: em 1913, o pai, caído de uma árvore, enquanto recolhia folhas para os bichos-da-seda, ficara paralítico; o irmão maior, Pedro Carlos, fora trabalhar (como sapateiro) em Milão e logo a primeira guerra mundial o teria chamado às armas, sem que nunca mais dela voltasse¹⁴; a irmã Josefa Cristina entrara na congregação das *Irmãs da Caridade da Imaculada Conceição* de Ivrea – caracterizadas pela escolha de educar os pequeninos; assistir os pobres e os enfermos – e permanecia ainda o pequeno Mário. Deve ser guardada como uma jóia a resposta da mãe (ou a sua despedida) ao filho, que pedia conselho para o Seminário. Os parentes acusavam-no de insensibilidade e de egoísmo e admoestavam-no que se queria fazer o bem podia fazê-lo muito bem estando com a sua família, tão necessitada e ajudando-a com o seu trabalho. A mãe, ao invés, disse-lhe: «Não se preocupe conosco. Vai, para o Senhor». Com estas palavras, a mãe acompanhou-o à igreja paroquial para a vestição da batina, junto com o seu pai, levado na maca pela caridade dos amigos. Vêm à mente as palavras não diversas da mãe do beato Cardeal Schuster, pobre como o Pe. Luís, que lhe disse: «Não preocupes comigo: invoca S. José que te indique a tua estrada e tu segue-a livremente»¹⁵. Tanto uma como a outra mãe acompanharam seus filhos com aquela coragem rara da *mãe*, que impele o seu filho nas veredas da vida, e está contente com isso, porque educou-o sempre a fazer o seu dever.

¹⁴ Feito prisioneiro, adoeceu-se de broncopneumonia e, não obstante tivesse sido repatriado, morreu no hospital aos 04 de dezembro de 1918, sem poder contatar a sua família.

¹⁵ TOMMASO LECCISOTTI, *Il cardinale Schuster*, 1, Milano, Ed. Abbazia di Viboldone, 1969, 36.

A obediência à prova

Mas as provas ainda não eram terminadas: depois de poucos meses da sua entrada no Seminário (isto é, no Colégio), foi chamado à casa urgentemente: o pai tinha-se agravado e morreu nos seus braços aos 16 de janeiro de 1917. Luís informou o fato à sua irmã com palavras que, pelo menos em parte, é belo meditar: «Depois de alguns instantes, o nosso pai, persuadido que a morte o esperava, levanta a sua mão trêmula e aperta aquela da mamãe, dizendo: “Adeus, eu vou embora...”. ... Mamãe, disse chorando, está morrendo. E eu, ó pai, ó pai... mas ele, elevando ainda uma vez os seus olhos, abaixou-os para não elevá-los nunca mais. Três suspiros depois, morria o nosso venerado pai nos meus braços, entregando a sua bela alma a Deus... É uma grande desgraça para a nossa família, mas, o que se pode fazer? O Senhor quis privar-nos também do nosso pai, mesmo se tantas outras desgraças estão chegando ou estão por chegar. Os momentos nos quais vivemos são difíceis e tristíssimos. Não estamos, porém, completamente perdidos; mas a verdade é, querida irmã, que perdemos o nosso pai terreno, o que nos faz chorar, mas temos sempre aquele celeste que é Deus... Confiança e resignação, portanto, serão o nosso conforto. Procure também você fazer o mesmo e, um dia, felizes e contentes, encontrar-nos-emos com ele no céu. Não é preciso que eu lhe diga que reze e peça que os outros rezem por ele. Não se preocupe por nós e pela mamãe. Deus proveu até agora e proverá ainda»¹⁶.

Seguiu uma outra prova: aos 10 de abril de 1918, Luís foi chamado às armas e ali permaneceu até a desmobilização no final da guerra (20 de fevereiro de 1919). O sacrifício maior para ele foi ter que interromper de novo os estudos. De resto, não teve que ir à frente (as suas condições de saúde não o faziam hábil), mas foi destinado a serviços na retaguarda como telefonista e encarregado do armazém dos víveres. Também este foi, em todo caso, tempo de graça: podia continuar a rezar e a permanecer em contato com o seu seminário, através do boletim de coligação que era enviado a todos os clérigos recrutados. Isso estimulava-o a testemunhar ainda melhor a sua vocação, num ambiente que depende muito da personalidade de cada um. Ele, em vez de fazer-se condicionar pelos camaradas, viveu testemunhando o que o Cardeal Ferrari recomendava: «E vocês, ó caríssimos, fá-lo-ão ver (o incitamento ao bem) com a prática assídua das virtudes sacerdotais, não esquecendo nunca que, sob a farda militar, são sacerdotes. Em vocês admirarão o espírito de humildade, de submissão, de sacrifício, de caridade, espírito tão próprio do Sacerdote; da sua conduta, transparecerá o esplendor daquela virtude, que se chama angélica; e vocês são e devem mostrar-se anjos em todo o teor de uma vida ilibada e santa. Se alguém objetasse a fragilidade humana, os graves perigos, as freqüentes ocasiões de mal, não negarei nada de tudo isso; mas afirmarei que basta querê-lo: podem dizer com o Apóstolo “*omnia possum in eo qui me confortat* (tudo posso naquele que me conforta)”»¹⁷.

O ideal sacerdotal do Cardeal Ferrari

¹⁶ Carta do Pe. Luís à sua irmã, datada Cislago 19/01/1917.

¹⁷ *La Fiaccola*, n. 1, 10 novembre 1916. Cf. «I seminari milanesi e la Grande Guerra», em *Humilitas*. *Miscellanea Storica dei Seminari Milanesi*, 1928-1938, pp. 121-132.

Nestas palavras percebe-se todo o ideal sacerdotal do Cardeal Ferrari que, desde a sua chegada, era considerado um padre perigoso. Com efeito, *La Sera*, poucos meses antes da sua entrada em Milão, escrevera sobre ele: «Dom Ferrari pertence à mais terrível categoria de padres, aquela dos padres convictos. [...] Ele sabe que com a doçura se amansam até os tigres e, portanto, é doce; sabe que com a tenacidade se perfuram até os montes, e então é tenaz. Mas não se trai nunca, não esquece nunca a finalidade que procura». É, portanto, importante ser padres convictos, então a *situazione difficil non faz medo*. Ferrari incitou os seus padres a terem sempre confiança, otimismo. Aos 23 de abril de 1895, participando do Congresso organizado em Bolonha pelos Salesianos, disse: «De quem será o futuro? Que coisa deste futuro pensaram os nossos inimigos? Os nossos adversários disseram que o futuro é da ciência, do progresso, da luz, da humanidade, da fraternidade. É este um voto, um vaticínio, uma profecia, que eles fizeram, sem entender o seu sentido, mas que, com efeito, acontecerá. Sim, o futuro é da ciência, mas não da ciência pretendente, atrevida e falaz, mas daquela ciência que parte de Deus. O futuro é para o progresso da humanidade: mas para aquele progresso que tende para o próprio melhoramento, não já para a própria ruína. O futuro é da fraternidade; mas não da fraternidade hipócrita, da demagogia revolucionária; mas antes da verdadeira fraternidade dos povos, daquela fraternidade que para existir precisa da fé. O futuro é da luz; mas não da luz de quem grita pátria, e torna a Itália lugar de toda luz muda; mas antes da verdadeira luz que irradia de Deus, da Religião. ...O futuro é da ciência cristã, da fraternidade evangélica, da luz religiosa»¹⁸. São palavras que atravessam os tempos, porque nós somos sempre chamados à esperança.

O Cardeal Ferrari lembrava constantemente esta confiança ao seu clero, desde a Carta Pastoral da sua entrada na diocese: «Quanto é sublime o vosso ofício, e quanto querido por Deus! Quase toda a vida dos fiéis, do berço à tumba, está nas vossas mãos; existe, porém, algo mais excelente do que a vossa missão? Algo mais necessário ao homem para que alcance o fim para o qual foi criado? Algo mais útil e mais benéfico para a mesma sociedade? Mas ajudará recordar-nos juntos do severo juízo que se fará de nós: juízo no qual, inexoravelmente, será pedido das nossas mãos o sangue das ovelhas, que por acaso se tivessem perdido por nossa causa. Ajudará recordar-nos que a salvação eterna de um pastor de almas está estritamente ligada à salvação das almas confiadas aos seus cuidados. Ajudará ainda recordar-nos que, se um pastor e pai de almas podia antes de ser pai e pastor salvar-se sozinho, depois não poderá mais salvar-se sem pôr todo o seu esforço para salvar as almas dos filhos».

Poderíamos resumir estas palavras, dizendo: o padre sabe que, desde o momento da sua consagração (e, aliás, desde o seu primeiro *sim* a Deus) não se pertence mais. Ele realiza-se doando-se; santifica-se dando toda a sua pessoa aos irmãos. O padre não se santifica *para dar-se* aos irmãos, mas santifica-se *dando-se* aos irmãos. É bem-aventurado – para o Cardeal Ferrari – aquele servo que não cava o seu covil; que não reduz o ministério à sua comodidade, aos seus ritmos, à sua lógica, aquela de quem *sabe as linhas com que se cose*. É bem-aventurado aquele servo que é todo cheio de contínuo zelo operoso, porque em todo momento espera o seu Senhor, e

¹⁸ Tirado de CARLO SNIDER, *Gli ultimi anni dell'Ottocento. L'episcopato del Cardinale Andrea C. Ferrari*, 1, Vicenza, Neri Pozza, 1981, 320.

o espera *dando de comer aos outros*. O padre que espera o seu Senhor é *zelante* nas boas obras, no contínuo ocupar-se dos mais necessitados, dos famintos, a partir dos seus *coirmãos*. É daqui que descende a disciplina de si, para crescer no amor dos outros. Assim que a sua própria santificação é a *primeira ação* pastoral: santificamo-nos não para *ir* (eu) para o Céu, mas para *levar* (os filhos e irmãos) para o Céu. Santificamo-nos não para *elevarmo-nos* ao Paraíso, mas para *elevar* ao Paraíso: «Pela qual coisa o bom Pároco, sabendo que da abundância do coração fala a boca (Mt 12,34), e que o olho é malvado, toda a cabeça será tenebrosa, enquanto será lúcido o corpo; se o olho é simples e bom (Mt 6,22), procura antes de tudo formar-se o coração segundo o espírito de Jesus Cristo, que é espírito de sacrifício, de abnegação, de humildade, de mansidão, de obediência e de caridade; todo seu pensamento, pois, toda sua obra com reto entendimento endereça à glória de Deus e à salvação das almas, de modo que ele não procure mais as coisas suas, mas aquelas de Jesus Cristo».

Notar-se-á que no fundo o Cardeal Ferrari não faz senão relembrar o Evangelho: é a Palavra de Deus que se torna *norma do padre*. Norma exigente, que se resume na *regra de ouro* do Evangelho. Com efeito, Ferrari continua: «(O padre) amará, e amará muito: por isso dissimulará e perdoará as ofensas que possa receber na sua pessoa, recordando que o Mestre Divino espirava sobre a cruz dizendo a seu Pai: *perdoa*. Ele manterá longe de si as birras que muitas vezes tomam a aparência de direito e de religião e que são a ruína da caridade; ele não confundirá o zelo com o furor, a prudência com a debilidade, a simplicidade com a pusilanimidade; portanto, forte e suavemente procurará fazer bons e não desesperados; ele, tendo os olhos fixos no Céu, não curvará nunca a testa às ameaças dos sombrios, nem pelas adulações ou promessas trairá nunca a sua missão: de nenhuma coisa será mais solícito do que da paz, da concórdia, da união dos ânimos na caridade de Cristo entre todos os seus sujeitos».

É o critério da exemplaridade que deve inspirar o padre em toda a sua conduta: «(O padre) finalmente, para não dizer outras coisas, cuidará para que a sua obra não possa destruir a sua palavra, para que não aconteça que, enquanto ele fala ou do altar ou do púlpito, ninguém lhe responda: por que, portanto, não faz o que dizes? *Medice cura te ipsum!* e refletirá que devem ir de acordo entre si a boca e as mãos do Sacerdote de Cristo».

No fundo, o segredo pastoral do Cardeal Ferrari consiste numa «engenhosa caridade». Com efeito, ele, afinal de contas, repropõe os modos tradicionais, mas precisamente estes devem ser animados por «uma engenhosa caridade para atrair todos para Cristo».

O Cardeal Ferrari foi fiel por toda a vida a este ideal. Basta ler o seu *Testamento*: «Paz, meus queridos filhos! Paz às vossas mentes, as quais encontrarão a tranqüilidade e a luz na Doutrina Cristã. Paz aos vossos corações criados para Deus. [...] Deus criou-nos e Jesus remiu-nos para que nós todos aqui na terra, numa só família, amemo-nos e confortemo-nos mutuamente no meio das dores e das inevitáveis misérias desta vida terrena. [...] Ó filhos de Deus, atendei-vos à justiça, à piedade, à caridade, à paciência, à mansidão, e combatei as santas batalhas da fé, para alcançar a vida eternamente beata, que é a verdadeira vida, à qual somos chamados».

Este tesouro de educação fora transmitido a Luís Monza: ele cresceu nesta fé e neste modelo de padre.

BEM-AVENTURADOS AQUELES QUE TÊM FOME E SEDE DE JUSTIÇA

«BEM-AVENTURADOS AQUELES QUE TÊM FOME E SEDE DE JUSTIÇA, PORQUE SERÃO SACIADOS» (Mt 5,6)

Premissa

Há nesta bem-aventurança um aspecto de ardor juvenil (ter fome, ter sede), o ardente desejo de um mundo novo, onde haja paz, felicidade, alegria. É o desejo ardente – eu creio – de todo jovem que ame a vida, que não seja resignado já desde adolescente. É o desejo que mantém jovens, porque a juventude não é uma idade cadastral, mas a idade do coração. Jovens se é não pelo corpo, mas pelo coração, um coração capaz de apaixonar-se e de espantar-se; de abrir-se a toda relação crendo no outro. Não é um caso que a juventude seja a idade do amor. Se é jovens até que (e só se) se é capaz de amar e de doar a si mesmos, já que isto é o amor. Se é jovens até que se é capazes de fazer surgir o sorriso sobre o rosto do outro. E não há diferença entre um jovem enamorado e um jovem padre, já que o padre é enamorado de Deus. Tal foi o Pe. Luís: o enamorado de Deus na cidade de Vedano.

Coadjutor em Vedano Olona

Vedano Olona era, em 1925, um lugarejo distante de Varese só sete quilômetros, que contava com cerca de 3.600 habitantes, dedicados sobretudo à agricultura. A fé da população era viva, do mesmo modo que toda a diocese ambrosiana: a freqüência ao catecismo e ao Oratório era geral e muito alta aquela aos Sacramentos (sobretudo nas grandes solenidades); alta a participação nas pias uniões e nas associações católicas (dos *Luigini*, para os pequeninos, às *Filhas de Maria*, à *Ação Católica*; às *Conferências de S. Vicente*) nas Confrarias, sobretudo aquela do *SS. Sacramento*; freqüentes as peregrinações aos santuários (mas geralmente não no Domingo para não faltar à vida da paróquia); muito intensa era a devoção à Virgem (com a prática do rosário) e à Sagrada Família, espelho das famílias cristãs; enfim, era curada (talvez com um sucesso inferior ao esforço) a difusão da boa imprensa. Por outro lado, também em Vedano havia os sinais do mundo novo que avançava: no final da guerra: em 1919, o Partido Socialista recolheu 311 votos contra os 110 do Partido Popular e os 108 dos liberais e no mesmo ano foi fundada uma Associação (*Associação ex combatentes e desmobilizados*), que tornou-se rapidamente expressão do nascente Partido Fascista.

Pe. Luís chegou em Vedano no final de setembro de 1925, poucos dias depois da sua ordenação sacerdotal, acontecida aos 19 de setembro, na capela do Seminário, em Corso Venezia, Milão. Pode-se dizer que acelerou as etapas: subdiácono aos 28 de junho, vigília de São Pedro e São Paulo, e diácono aos 15 de agosto, festa da Assunção de Nossa Senhora ao Céu. Parecia que nestas datas pudesse colocar-se o seu mesmo caminho: a fidelidade à Igreja, que encontra o seu fundamento na Igreja de Roma; e a intercessão de Maria, na qual fora educado a confiar desde criança.

Talvez, em todo caso, a data de 19 de setembro era ditada também por uma exigência prática: era a última possível para que o novo sacerdote pudesse encarregar-se do Oratório no início da sua atividade anual. Começava a sua missão sacerdotal em pleno Ano Santo. Começava a sua missão no oratório, enquanto um outro padre como ele movia os primeiros passos num outro Oratório; Pe. Varlos Gnocchi, que fora ordenado padre poucos meses antes, ao 06 de junho de 1925, e fora destinado ao Oratório de Cernusco sul Naviglio. Dois campeões de formação juvenil e da caridade, que caminharam um ao lado do outro no serviço da sua Igreja, tornando-se eles mesmos sinal da caridade que é a alma dos cristãos; sinal de um estilo, que é próprio da Igreja inteira, e que certamente era aquele de Milão, não só desde quando Ambrósio a tinha admoestada que «Nada perde a Igreja, quando ganha a caridade. E a caridade não é nunca uma perda, mas a conquista mais verdadeira de Cristo»¹⁹.

A caridade da Igreja ambrosiana

Durante todo o século XIX, este estilo de caridade foi concretizado por muitíssimos sacerdotes, em obras que sobrevivem também nos nossos tempos: de Mons. Luís Biraghi (1801-1879), a quem se deve a fundação, em 1838, das *Marcelinas*, instituto religioso dedicado à educação cristã das meninas²⁰; ao Pe. Luís Casanova (1859-1911), que depois de ter colaborado com o Pe. Júlio Tarra, primeiro reitor do Instituto dos surdos-mudos pobres do interior, dedicou-se ao cuidado dos surdos-mudos demitidos dos asilos, para curar a sua formação permanente e a inserção social através da constituição de Casas de Trabalho e, enfim, fundou o Instituto São Vicente, para os deficientes psíquicos²¹; ao Pe. Domingos Pogliani (1838-1921): fundador do *Asilo Sagrada Família* para os *Incuráveis* de Cesano Boscone, para a acolhida de portadores de deficiências físicas e psíquicas (chegaram até 700) provenientes sobretudo do campo, onde não gozavam da mesma assistência daqueles da cidade de Milão²²; a Carlos Salerio (1827-1870), que, tendo voltado da Melanésia (foi um dos primeiros missionários do Instituto Missões Exteriores) fundou a *Casa de Nazaré*, para a reeducação das jovens surdas-mudas ou *em perigo*²³; ao Pe. Carlos San Martino (1844-1919), que, depois de ter dirigido o Reformatório de Parabiago (habitado por 400 rapazes), fundou o Instituto para a Infância Abandonada (ou Filhos da Providência), precisamente para atuar uma educação mais mirada, segundo que as crianças fossem *travessas* ou *abandonadas*²⁴; a Mons. Luís Talamoni (1848-1926),

¹⁹ Ep. V, 24, 9: SAEMO 19, 243.

²⁰ MARY FERRAGATTA, *Monsignor luigi Biraghi Fondatore delle Marcelline*, Brescia, Queriniana, 1979.

²¹ ANGELO RECALCATI, «Don Luigi Casanova Fondatore dell'Istituto San Vincenzo», em *Preti ambrosiani al servizio dei poveri*, a cura di Vittorie Folli, Milano, NED, 1981, 81-94.

²² GUIDO VIGNA, *Dalla parte degli ultimi. Vita e opere di un parroco di campagna: don Domenico Pogliani*, Cesano Boscone, Istituto Sacra Famiglia, 1988.

²³ LUIGI PEDRAGLIO, *Il Padre Carlo Salerio*, Milano, P.I.M.E, 1923; VITTORIO PAPA, «La Casa di Nazareth per la rieducazione delle giovani di Padre Carlo Salerio», em *Preti ambrosiani al servizio dei poveri*, a cura di Vittoria Folli, Miano, NED, 1981, 25-35.

²⁴ ACHILE MARAZZA, «Don Carlo San Martino, padre della Fanciullezza abbandonata», em *Preti ambrosiani al servizio dei poveri*, a cura di Vittoria Folli, Miano, NED, 1981, 37-53.

que fundou as *Irmãs da Misericórdia*, especializadas no serviço dos enfermos²⁵; ao Pe. Brás Verri (1819-1884): apelidado *Apóstolo das moras*, porque, depois de ter operado entre os jovens do Oratório milanês de S. Luís, dedicou-se à *Obra para o Resgate das Moras*, para tirá-las da escravidão, sem que fossem obrigadas a se tornarem cristãs por reconhecimento²⁶; a Mons. Luís Vitali (1836-1919), que fundou o *Instituto dos Cegos*, em Milão²⁷.

O ensinamento do Cardeal Tosi

Pe. Luís Monza chegava em Vedano com estes modelos sacerdotais ainda vivos na memória de todos. Era o estilo do qual se fizera herdeiro o Cardeal Tosi, que, no seu testamento, deixou escrito: «Recordem-se todos os sacerdotes, e especialmente aqueles que cuidam das almas, que depois da graça de Deus, o segredo para trabalhar com ânimo e com fruto no meio da almas, é de amá-las e olhá-las com olhos de fé sobrenatural. Tenho sob o olhar aqueles bons sacerdotes (e são muitos) da diocese, que são para mim de grande edificação e de potente estímulo a suportar pacientemente as contradições e os pesos do regime pastoral: Amar, Amar, Amar»²⁸. Um amor que é ao mesmo tempo corajoso e prudente. E naquele tempo era necessário.

Era este, portanto, o princípio inspirador da formação no Seminário de Milão. Com sintética expressão, o diz o Reitor Maior que acompanhou o Pe. Luís ao sacerdócio e que, no ano seguinte, foi substituído pelo Visitador Apostólico, o abade Schuster. Quando retirou-se, Mons. Alexandre De Giorgi (reitor de 1905 a 1926) deixou na revista do Seminário, *Humilitas*, duas pequenas páginas, como resumo do seu reitorado: *O espírito do Seminário de Milão; Disciplina e caridade*: «A longa experiência de quase meio século de vida transcorrida nos Seminários milaneses, permitiu-me – assim pelo menos eu creio – compreender e, ousaria dizer, maravilhar-me pela razão dos grandes resultados por eles obtidos em todo campo da vida eclesiástica, a razão pela qual eles foram considerados em todo tempo como modelos. E esta razão é, segundo o meu juízo, o admirável acordo com o qual foram aliadas no seu governo disciplina e caridade. A disciplina e a caridade podem ser ditas as duas leis fundamentais dos Seminários de São Carlos e elas ali foram moderadas naquela exata medida que constitui o segredo do sucesso. [...] É o que eu teria para dizer a propósito daquele espírito de cordialidade, que chamaria *ambrosiana*, que sempre vi reinar entre os superiores e os alunos do Seminário»²⁹.

Esta educação, portanto, esta mistura de disciplina e caridade, que De Giorgi vê concretizar-se no espírito de *fraternidade*, na *cordialidade*, foi o que respiraram e para

²⁵ ANGELO RECALCATI, *Documenti e Appunti per la biografia di Mons. Luigi Talamoni*, Monza, Suore Misericordine di San Gerardo, 1979.

²⁶ PIETRO GINI, «Verri Biaggio», em *Biblioteca Sanctorum. Prima Appendice*, Roma, Città Nuova, 1987, 1429-1430.

²⁷ CARLO CASTIGLIONI, «Mons. Luigi Vitali animatore dell'Istituto dei ciechi», em *Preti ambrosiani al servizio dei poveri*, a cura di Vittoria Folli, Miano, NED, 1981, 7-12.

²⁸ «Testamento spirituale», *Rivista Diocesana Milanese* 20 (1929) 77.

²⁹ ALESSANDRO DE GIORGI, «Lo spirito del Seminario di Milano; Disciplina e carità», em *Humilitas. Miscellanea Storica dei Seminari Milanese*, Milano, Tip. Del Seminario, 1928-1938, 258-259.

o qual foram *educados* os nossos sacerdotes, muitos dos quais estão ainda na brecha ou só desde pouco a deixaram.

O Fascismo tira a máscara

Quando o Pe. Luís chegava em Vedano, o Fascismo «tirara a máscara», como se diz, quando Mussolini – depois do assassinato do Pe. João Minzoni (24 de agosto de 1923), que impressionou, mas não abalou a consciência coletiva – assumiu, diante do Parlamento (03 de janeiro de 1925) a responsabilidade do homicídio de Giacomo Matteorri (10 de junho de 1924). Com aquele discurso começava – pode-se dizer – a ditadura com a sua bagagem de prepotência e repressão, que têm sempre como fruto a dor e o sangue, e, no final, arrastam numa voragem de morte os seus mesmos inspiradores. Não era ainda aquele tempo em Vedano, mesmo se, com o seu caráter socialista, não podia permanecer isenta dele por muito tempo.

Pe. Luís, logo que chegou, empenhou todas as suas energias no Oratório, entre os meninos e os jovens, segundo as indicações mais modernas e a experiência que ele mesmo fizera em primeira pessoa no seu Oratório de Cislago, entre os Salesianos de Penango Monferrato, como prefeito nos Colégio. Assim organizou atividades esportivas, canoras, teatrais. Tudo com aquela intensidade espiritual que plasmara ele mesmo, convicto de duas coisas: que a missão do educador «é ajudar os irmãos a se encaminharem pelas veredas da alegria evangélica»³⁰, e que com os jovens vale a máxima de Claudel: eles «são feitos para o heroísmo e não para o prazer». A ele fazia eco o Pe. Luís: «O Senhor não quer as meias vontades; não se contenta da aparência e dos vãos desejos, mas quer as obras, e as obras boas».

Infelizmente, precisamente o sucesso educativo que não falta a quem sabe comunicar o seu entusiasmo interior, cruzava com os projetos do totalitarismo fascista. Os fatos são conhecidos: no desejo que todo potente de turno tem de dominar as consciências e de formar o homem novo (esquecendo que o homem é a sua liberdade, uma essência que o torna divino e, por conseguinte, transcendente sempre para um limite novo): o fascismo tentou controlar toda instituição educativa. Em 1926 houve a instituição da Obra Nacional “Balilla” e no ano depois, em 1927, a supressão da FASCI (Federação das Associações Esportivas Católicas Italianas), seguida em 1928 pela supressão da ASCI (Associação Escoteiros Católicos Italianos).

O peso condicionante do fascismo foi percebido precisamente em 1927, quando, aos 18 de janeiro, o Cardeal Tosi convidou que se fechassem espontaneamente os corais, as bandas musicais, as associações teatrais, jornalísticas e esportivas existentes nos oratórios. O cardeal recomendava que se dedicasse às associações pias: «Luigini», Apostolado da Oração, Pagens do SS. Sacramento³¹. Não era debilidade, mas adequação às novas leis de Pública Segurança, para as quais nenhuma organização podia promover «públicas procissões religiosas, passeatas com bandas, fanfarras com bandeiras». Por outro lado, o mesmo Cardeal Tosi (para confortar os sacerdotes e precisar as relações com os fascistas), um mês depois (12 de

³⁰ PAULO VI, Exortação apostólica *Gaudete in Domino*, 09 de maio de 1975, n.5.

³¹ «Per i nostri Oratori. Istruzioni di Sua Emin. Il Cardinale Arcivescovo», *Rivista Diocesana Milanese* 18 (1927) 45-48.

fevereiro de 1927), publicou uma *interpretação* da lei constitutiva da Obra Nacional Balilla³². Com discrição fez notar a *injustiça* contida na lei, que, reconhecia «no campo educativo... duas só organizações: a dos Balilla e das Vanguardas fascistas, e aquelas dos Jovens Exploradores Católicos», mas limitava esta última, permitindo-a «somente nos municípios não inferiores aos 20.000 habitantes»³³. O Cardeal Tosi indicou quais fossem as instituições e as organizações não atingidas pela lei e que, portanto, tinham o direito de subsistir e, no final, declarava que todas as associações católicas existentes, podiam sobreviver, desde que se mantivessem no âmbito religioso. O Cardeal, depois, precisou que «nos termos de lei, a inscrição nos Balilla e nas Vanguardas (era) *voluntária*, competindo, portanto, à pátria potestade»³⁴. Era, portanto, necessário opor-se a toda tentativa de inscrição «de ofício ou de massa», porque «ilegal e lesiva da pátria potestade». Enfim, o Cardeal recordou que não competia aos Prefeitos, mas aos Delegados do Reino dissolver eventualmente as associações juvenis. Era uma chamada clara ao empenho dos sacerdote em defesa do próprio patrimônio pastoral. Com efeito, o Cardeal concluiu sem meios termos: «Dizemos isso para que os Párocos e todos os que têm interesse na conservação das instituições católicas, que a lei respeita, procurem excluir ingerências indevidas e interpretações extensivas da lei, que viesse a lesar os direitos da Igreja de educar religiosamente a juventude»³⁵.

Há uma fábula de Fedro que descreve bem o que acontece normalmente, quando o prepotente se vê descoberto na sua prepotência. Fedro fala de um lobo que, tendo ido beber num torrente, viu um cordeiro. Também ele bebia das frescas águas e estava mais embaixo do que o lobo. Este, tomado pelo desejo de comê-lo, procurava uma desculpa para sentir-se justo no seu delito e disse ao cordeiro: «Você suja a água que estou bebendo». «Como posso – respondeu o cordeiro – se a água corre de você para mim?». O lobo disse depois: «Seis meses atrás você falou mal de mim». «Ainda não tinha nascido», respondeu o cordeiro, mas o lobo logo rebateu: «Mas então foi seu pai!»; e o dilacerou. Já então, Fedro comentou: «Esta fábula é para aqueles que com pretextos oprimem os inocentes: *qui fictis causis innocentes opprimunt*».

Assim aconteceu para o Pe. Luís, e começou para ele o tempo de viver uma outra bem-aventurança.

³² «Le nostre Opere Giovanili e l'Opera Nazionale Balilla», *Rivista Diocesana Milanese* 18 (1927) 106-108.

³³ *Ibid.*, 107.

³⁴ *Ibid.*, 108.

³⁵ *Ibid.*

BEM-AVENTURADOS OS AFLITOS

«BEM-AVENTURADOS OS AFLITOS,
PORQUE SERÃO CONSOLIDADOS» (Mt 5,4)

Um caminho de pobreza

Pe. Luís, nos vagalhões do Fascismo, teria experimentado as conseqüências desta bem-aventurança.

O convite do Cardeal Tosi era, portanto, de evitar brigas, sem renúncias. No entanto, porém, a situação de Vedano fazia-se mais grave de quanto não se pensasse. Aos 28 de maio de 1926 os fascistas locais fundavam um novo time de futebol (a *União Esportiva de Vedano*), com a intenção de contrapor-se à *Viribus Unitis* do Oratório. Começaram as provocações e as agressões aos jovens do Oratório. A paciência – dos jovens, sobretudo – tem um limite: aos 30 de abril de 1927, depois da última de tantas agressões, organizaram-se para reagir contra os espancadores. Com dificuldade o Pe. Luís conseguiu dispersar os seus jovens e mandá-los para suas casas, antes que chegassem os carabinieri. No dia seguinte, em todo caso, 1º de maio, oito rapazes do Oratório foram presos e encerrados na prisão de Varese. Provavelmente queriam dar-lhes uma lição, porque dois dias depois foram soltos sem interrogatório e a pagar as contas foi a *Viribus Unitis*: o Delegado, no dia 06 de maio, ordenou a sua extinção. Para nada serviu a tentativa do pároco de aplacar os ânimos, fazendo arar o campo de futebol, para assim impedir o seu uso por algum tempo. O gesto, que parecia em todo caso uma desistência, humilhou o Pe. Luís e, quando o Pe. Maddalena lamentou-se por ter encontrado no presbitério uma bandeirinha da *Viribus*, abandonou-se a palavras amargas. Pareceu um ato de rebelião ao pároco, já que um dos primeiros deveres do coadjutor é o de guardar, em todo caso, a concórdia com o pároco. Daquele momento ficou uma carta de desculpas, escrita logo pelo Pe. Luís ao Pe. Maddalena: «Reverendíssimo senhor Pároco, faço compaixão a mim mesmo, vendo-me tão malvado e rebelde a qualquer disciplina. E sofro ainda muito mais sabendo que outros sofrem por minha causa. A soberba foi-me má conselheira fazendo-me tornar renitente a uma observação que me parecia não merecer, não querendo inculpar aqueles jovens, assumindo eu mesmo toda a responsabilidade. Assim, amando-os demasiado, odiei-os»³⁶.

Vale a pena anotar a explosão de ira do Pe. Luís e o pedido de perdão. Dois gestos intrinsecamente ligados que nos dão a profundidade do homem *manso* do Evangelho. O homem manso do qual fala Jesus é aquele que diz: «Vinde a mim vós *todos*, porque quero (posso) dar-vos alívio e paz». Vinde *todos* e este *todos* deve ser guardado: são os aflitos e os oprimidos (Mt 11,28); são aqueles que ainda não crêem, mas que «crerão» pela palavra dos apóstolos (cf. Jo 17,20); são aqueles de toda estirpe e raça, porque o apóstolo sabe (mesmo se talvez custa entendê-lo, porque se vê as suas conseqüências revolucionárias) que «Deus não faz preferências de pessoas», mas procura e acolhe «quem o teme e pratica a justiça» (At 10,35). Aquele que é manso,

³⁶ Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

segundo o Evangelho, é apaixonado e tenaz, forte e fiel, porque sabe que o amor é mais forte do que o temor, como escrevia Santo Ambrósio à sua irmã Marcelina: «Jesus Cristo, nosso Senhor, considerou que os homens podem ser obrigados e estimulados a fazerem o bem mais com a benevolência do que com o medo; e que, para fazê-los emendar, o amor é mais eficaz do que o temor»³⁷. Só quem é forte pode ser manso e, precisamente por isso, pode reagir com violência diante da opressão (como Jesus que não tolerou que a Casa de seu Pai fosse transformada numa espelunca de ladrões: cf. Mt 21,13), mas com igual rapidez volta à paz que o permeia, porque o manso é homem de paz, capaz de lutar com todas as suas forças contra o erro e de amar com todo o seu coração o errante, porque, dizia o Pe. Luís: «A mansidão é irmã da caridade». Eis o segredo da carta do Pe. Luís ao seu Pároco: perturba-o o temor de ter-se «fechado a via para fazer um pouco de bem». Amar, isso era importante para ele.

«Serão saciados», diz a bem-aventurança de quem tem fome e sede de justiça. Isso aconteceu para o Pe. Luís: a sua paixão pelo bem que lhe teria pedido ainda muito: depois de um atentado, organizado como se deve, contra o vice-prefeito, o pároco, o Pe. Luís e outros jovens do Oratório foram presos. Enquanto era levado embora pelos carabineiros, a uma jovem que o olhava espantada e triste, o Pe. Luís disse: «Coragem! O Senhor está conosco! Quem luta pelo bem não deve temer nada!». Estas palavras teriam sido o seu programa para os meses sucessivos. Os presos ficaram na prisão por quatro meses, tratados como criminais comuns, sem poder celebrar nem sequer a missa e submetidos a extenuantes interrogatórios. Abandono em Deus e sensação de abandono de Deus foram as experiências espirituais que o enriqueceram naqueles meses. Abandono em Deus: o Pe. Luís nunca falou muito daquelas vicissitudes, mas foi-lhe extorquida. Domingos Dajelli, amigo do Pe. Luís desde os tempos de Saronno, recorda quanto lhe confiou: quase no final de um interrogatório, que durou onze horas, «sentindo-se quase desmaiar, fechou os olhos e abaixou a cabeça. Naquele momento as palavras do Evangelho, “Quando sereis levados diante dos tribunais por causa de mim, não fiquéis preocupados em saber como e o que haveis de falar, porque eu vos darei língua e sabedoria, às quais os vossos adversários não poderão resistir”, brilharam diante de sua mente como luz viva. Confiou-se a Deus»³⁸. É o segredo de quem ama: comunicar a alegria ao irmão, mesmo tendo a tristeza no coração.

Não menos preciosa é a experiência do abandono de Deus, que lhe tornou difícil a oração e a meditação, invadindo os seus pensamentos de tristeza e de pessimismo³⁹. E no entanto, os testemunhos de quem o encontrou naqueles momentos, depõem de maneira diversa. Pe. Ambrósio Trezzi, que fora encontrar os dois padres por encargo do arcebispo, o Cardeal Tosi, encontrou-os «serenos, com aquela serenidade de quem

³⁷ *Ep Extra Coll.* I, 6: SAEMO 21, 175.

³⁸ DOMENICO DAJELLI, «Don Luigi Monza a Saronno», em *A Don Luigi Monza, Cislago 22-VI-1898 San Giovanni 29-IX-1954* [Número único 1954], Lecco 1954, 19.

³⁹ PIETRO BEDONT, *Don Luigi Monza, note biografiche*, Ponte Lambro, Ed. La Nostra Famiglia 1974, 37-38.

sabe que não cometeu nenhuma culpa. Pe. Luís, aliás, com o seu espírito e com o seu tratamento brincalhão, era quem mantinha alta a moral de todos os presos»⁴⁰.

Finalmente, a verdade afirmou-se: individuados e presos os culpados do ferimento do oficial fascista, o Pe. Maddalena e o Pe. Luís foram absolvidos com fórmula plena, mas lhes foi proibido de voltarem para Vedano: Pe. Maddalena foi confinado em Caltagirone, na Sicília, e o Pe. Luís foi transferido para Milão, na paróquia de S. Maria do Rosário que, naquele tempo, contava com 17.000 habitantes.

Coadjutor em S. Maria do Rosário: a coragem do discernimento

Não foi uma escolha feliz: quando o Pe. Luís chegou, o pároco, Pe. João Bargiggia, fora apenas nomeado bispo de Caltagirone e, no dia 10 de novembro, morrerá o coadjutor do Oratório, deixando um vazio nos seus jovens. Teria tocado ao Pe. Luís, apenas saído da prisão, substituí-lo, mas não oficialmente, porque o titular do Oratório teria sido um outro coadjutor, Pe. Primo Reina. À humilhação somava-se uma outra humilhação. Em Milão transcorreu quase um ano: em novembro de 1928, obteve ser transferido para Saronno, ao Santuário de Nossa Senhora dos Milagres, dependente então da Paróquia de São Pedro e São Paulo, que contava com 12.000 habitantes.

Também na escolha de pedir a transferência de S. Maria do Rosário e na conseqüente obediência de ir para o Santuário de Saronno há um tríplice sinal: de obediência a Deus e aos Superiores e o dedo da Providência. Ocorre explicar-nos.

O Pe. Luís pediu para deixar, depois de poucos meses, a paróquia de Milão: sentia-se limitado pelo suspeito sobre o seu passado, pela dificuldade da situação objetiva da paróquia e, como disse Mons. Trezzi, que foi seu diretor espiritual, «angustiava-o a preocupação de não saber dar mais nada aos jovens».

Pe. Luís operou um discernimento corajoso: podia resignar-se e seguir o caminho de uma mal-entendida obediência, que se transforma em rancor e murmuração, ou em fechamento sobre os próprios hobby ou *manias*, descarregando a culpa da própria falência sobre o outro, sobre os outros, sobre quem manda, o qual normalmente (para o confuso *obediente*) «não entende e tem preferências». Há uma obediência mais alta e mais verdadeira, aquela que é feita a Deus e que passa no coração do homem. É a obediência do amor, de quem crê que quem ama não conhece a palavra: “basta”; de quem sabe que «no anoitecer da vida seremos julgados sobre o amor» e, portanto, quando vê que o seu serviço de amor é impedido, procura onde possa cumpri-lo melhor. É o discernimento de quem conhece os sinais do Espírito (Gl 5,22: amor, alegria, paz, paciência, benevolência, bondade, fidelidade, domínio de si) e ao invés vê crescer em si os sinais do homem velho (Ef 5,1-2), mas sabe que Deus chama a ser seus imitadores e a caminhar na caridade (Ef 5,1-2) e, portanto, procura onde e como possa caminhar mais rápido na bondade, na justiça, na verdade (cf. Ef 5,9). É a obediência de quem sabe que Deus chama para a liberdade da caridade.

Mas esta obediência à voz de Deus conjuga-se com a humildade da obediência à Igreja, aos Superiores, com os quais não teme confrontar-se, porque a obediência é síntese de sinceridade e caridade. Certamente, isso requer humildade e, com efeito, o

⁴⁰ A. TREZZI, «Sacerdote a Vedano Olona», em *A don Luigi Monza...*, em *A don Luigi Monza, Cislago 22-VI-1898 San Giovanni 29-IX-1954* [Número único 1954], Lecco 1954, 17.

Pe. Luís dizia que a obediência é «filha primogênita da humildade», mas também que: «No obedecer está a verdadeira liberdade».

Confessor em Saronno

O dedo da Providência viu-se no lugar escolhido por Ela, para que o Pe. Luís realizasse o que Ela esperava dele. O santuário de Saronno, para um jovem padre de trinta anos, podia ser o sinal de uma falência. Ali não havia oratório e a única expectativa parecia aquela do confessionário, expectativa feita de escondimento e de silêncio. E, no entanto, ali a Providência decidira amarrar de modo significativo os fios do tapete da vida do Pe. Luís. Quem crê, sabe que «Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam» (Rm 8,28). Um padre sabe que Deus não o abandona nunca, porque Ele vive nos seus mesmos membros. Um padre sabe que em todo lugar em que vai para exercitar o seu ministério de amor, ali com ele estará Cristo, atrás da porta de um tabernáculo, entre as suas mesmas mãos: Ele estará sempre com ele. O Padre é um peregrino e sabe que, em qualquer lugar ele parará, haverá uma igreja, um tabernáculo. E, quando não existisse, na mala do padre há sempre um pouco de pão e de vinho, que transformam o céu estrelado no templo de Deus. Quem é mais afortunado do que ele, que pode sempre dizer: «Se Deus está comigo, quem estará contra mim?» (Rm 8,31). Quem mais afortunado do que ele?

BEM-AVENTURADOS OS PUROS DE CORAÇÃO

«BEM-AVENTURADOS OS PUROS DE CORAÇÃO,
PORQUE VERÃO A DEUS» (Mt 5,8)

Premissa

Se a pureza é o sinal do amor, nada é mais apto a indicá-la que o início do salmo 18: «Eu te amo, Iahweh, minha força, minha rocha e minha fortaleza».

Assim chegou o Pe. Luís em Saronno, com nada mais que a obediência amorosa àquele Deus do qual não podia dizer outra coisa senão que o amava e sabia ser por ele amado: «porque me quer bem» (Sl 18,20). Ocorria um coração puro, isto é, livre e despido de tudo, para andar a Saronno. Perto do Santuário surgia o Colégio no qual fora prefeito como seminarista, um período duro, do qual não conservava uma feliz recordação. E era patente que a sua colocação naquele lugar escondido era ditada pelo juízo que se tinha sobre ele por tudo o que acontecera até agora: se não suspeitado, certamente não era estimado. O próprio Santuário era um pouco um estorvo. Era necessário uma paróquia, por causa das novas instalações urbanas e discutia-se: transformar em paróquia o Santuário ou mantê-lo assim, construindo uma nova igreja paroquial? Os padres que eram seus encarregados não pareciam os mais aptos para um padre jovem, já que eram ambos velhos: o arcepreste, Pe. Eduardo Fassi, e Pe. Heitor Carabelli, que tinha o encargo de *confessor*.

Com o coração livre e puro

Com o coração livre e puro, isto é, repleto de amor, o Pe. Luís iniciou o ministério que lhe fora pedido junto ao Santuário: celebrar a Eucaristia; pregar no tempo devido; estar sempre à disposição no confessionário. Era a essência do ministério sacerdotal e podia ser a antecâmara do reduzir-se à *profissão* de sacerdote. Com efeito, terminadas as suas obrigações, o que mais lhe era pedido? Teria podido ficar tranqüilo num pequeno apartamento, com a mãe que viera morar com ele, e permanecer reservado na espera de um novo dia, cultivando leituras amigas ou interesses pessoais. Pelo que parece, não foi assim. Este jovem padre procurou conhecer as famílias e os jovens que moravam em redor do Santuário, pela nova expansão da cidade. Conhecer; fazer-se conhecer; parar para falar; ter tempo para escutar; dizer uma palavra simples, com o coração; fazer entender (e não existe arte que o ensine) que estamos contentes em estar ali, diante desta o daquela pessoa; que é belo poder conversar, porque não há maior satisfação para um padre que ser *homem de comunhão*, de relação, de fraternidade. Tal é o padre, que desenreda e recose os fios das relações do amor de Deus e que, em redor de si, cria e procura um ambiente fraterno, porque para isso chamou-nos o Senhor, para formar um só corpo, um só espírito, como procuravam fazer os primeiros cristãos que, além de seus caracteres e das suas culturas, criam que é belo viver juntos e amar-se como irmãos, porque onde procura-se viver assim, «o Senhor doa a bênção e a vida para sempre» (Sl 133,3). Creio que tenha sido este o verdadeiro segredo do Pe. Luís, em Saronno. Aqui ele

muito cedo criou de novo o clima jubiloso do Oratório de Vedano, aliás, fundou um novo Oratório. Não aconteceu por uma sua vontade planejada, teria sido astúcia e vontade de desforra. Em Saronno ele foi simplesmente ele mesmo, o homem manso e humilde do Evangelho. Assim aconteceu o *milagre*, como poderia parecer. No-lo descreve alguém de tinha então nove anos, Amerigo Trapletti: «O local, que fazia de cozinha, ao qual se chegava diretamente de fora, tornou-se para mim lugar de encontro e de entretenimento com poucos outros meninos, mais ou menos coetâneos, convidados pelo Pe. Luís a frequentarem o Santuário. O mesmo local foi logo para mim lugar de leitura. [...] Sua mãe Luísa suportava, com muita paciência, as pacíficas invasões de nós meninos e o nosso vozear»⁴¹.

Os meninos chegaram a ser mais de quatrocentos e o espaço não bastava mais, mas o entusiasmo envolvia todos. Assim o prefeito do Santuário, o idoso Pe. Eduardo Fassi, cedeu o pequeno pátio da casa dos padres. Depois a horta tornou-se campo de futebol e em seguida veio tudo aquilo que caracterizada um oratório e uma paróquia, mesmo se ainda não o era: nasceu também aqui o coral, a assistência às crianças depois da escola, e depois o cinema, a pesca de beneficência. Tudo, em todo caso, girava em redor do catecismo.

O ideal sacerdotal do Cardeal Schuster

Qual é o segredo de um padre? O Amor. Ou, se queremos, é aquele que começou a ensinar o novo arcebispo, o beato Cardeal Alfredo Ildefonso Schuster, que chegou em Milão aos 08 de setembro de 1929, quando o Pe. Luís estava em Saronno desde um ano e os frutos do seu zelo começavam-se a ver.

O Cardeal Schuster veio com um programa preciso para a sua diocese, que poderíamos resumir no título da sua primeira carta pastoral, *Immolor super sacrificium et obsequium fidei vestrae*: «Eis-me portanto a vós [...] para imolar-me sobre o vosso sacrifício e sobre a liturgia (serviço divino) da vossa fé»⁴².

Ele vinha para imolar-se pela salvação do povo. Esta era a sua convicção: devia imolar-se; consumir-se no dom total de si a serviço da Igreja que lhe fora confiada.

Ele queria ser, entre os seus diocesanos, imitador dos santos pastores que o tinham precedido e não se propunha senão uma coisa: ser santo. Propunha a mesma meta ao seu clero, porque, reafirmou por vinte e cinco anos: «a santidade sacerdotal (é) a primeira condição indispensável, para que o clero seja de glória a Deus e frutuoso para os homens»⁴³. Uma santidade *heróica*, caracterizada por virtudes não comuns, que não teme doar sem poupança toda a vida, «não só quando já cansados morremos por eles, mas também quando por eles vivemos e por eles consumimos as nossas substâncias, as nossas forças, a nossa saúde»⁴⁴.

⁴¹ Tomado de MICHELA BOFFI – LUIGI MEZZADRI – FRANCESCA ONNIS, *Don Luigi Monza. Un profeta della carità*, Cinisello Balsamo, San Paolo, 1996, 69.

⁴² ALFREDO ILDEFONSO SCHUSTER, «Lett. Past. *Immolor super sacrificium et obsequium fidei vestrae*», *Rivista Diocesana Milanese* 20 (1929) 379-398.

⁴³ *Synodus diocesana Mediolanensis XLI*, Mediolani 1932, 252-263: 253.

⁴⁴ *Scritti del card. A. Ildefonso Schuster*, a cura di GIULIO OGGIONI, Venegono Inferiore (Va), La Scuola Cattolica, 1959, 1959, 353-369: 365. Veja-se também: ENNIO APECITI, «La santità sacerdotale: ecco la prima condizione indispensabile (Schuster al suo clero)», *La Scuola Cattolica* 124 (1996) 467-519; ENNIO

Pe. Luís deve ter-se encontrado logo em sintonia espiritual com o seu novo pastor. No-lo faz pensar precisamente a primeira carta pastoral e o olhar aflito sobre a sociedade que a permeia: «A sociedade perdeu Deus juntamente com a Fé; pois bem, nós devemos restituir aos homens a felicidade de possuir novamente Deus»⁴⁵.

Era a mesma reflexão que estava fazendo o Pe. Luís e que o impelia a interrogar-se: o que sugeria o Senhor para *restituir* aos homens o gosto de Deus?

Um olhar profético

Era um olhar em certo modo profético. Quem teria pensado, em 1929, que a sociedade italiana era «vazia», longe de Deus? Precisamente naquele ano celebrava-se (com a Concordata entre a Santa Sé e o Governo italiano) uma concórdia reencontrada depois de sessenta anos de silêncio recíproco e de uma perseguição contínua ainda que não muito visível.

Mas o olhar do profeta sabe ler além das aparências e além do horizonte. A *aparência*, por outro lado, dissipara-se muito cedo, já depois de poucos meses, durante o discurso no Parlamento de Mussolini, para a ratificação do Tratado e da Concordata, quando já as eleições, convocadas logo depois da firma dos acordos, reforçaram o Fascismo. Mussolini naquela ocasião (13 e 25 de maio de 1929), disse entre outras coisas: «Um outro regime que não seja o nosso, um regime democrático liberal, um regime daqueles que nós desprezamos, pode considerar útil renunciar à educação das jovens gerações. Nós, não. Neste campo somos intratáveis. Nosso deve ser o ensino. Estas crianças devem ser educadas na nossa fé religiosa, mas nós precisamos integrar esta educação, precisamos dar a estes jovens o sentido da virilidade, da potência, da conquista, sobretudo precisamos inspirar-lhes a nossa fé, e acender neles as nossas esperanças. [...] O regime é vigilante e nada nos escapa. Ninguém creia que o último folheto da última paróquia não seja a um certo momento conhecido por Mussolini. Não permitiremos ressurreições de partidos e de organizações que destruímos para sempre. Cada um se lembre que o regime fascista, quando promete uma batalha, leva-a às últimas conseqüências e deixa detrás de si o deserto. [...] O Estado fascista reivindica em pleno o seu caráter ético: é católico, mas é fascista, antes, sobretudo, exclusivamente, essencialmente fascista. O catolicismo o integra, e nós o declaramos abertamente, mas ninguém pense, sob a espécie filosófica ou metafísica, de interpretar capciosamente este fato»⁴⁶.

Além do horizonte italiano, pois, o céu era lúgubre. Precisamente em 1929, assinava-se no México o *Arreglo* ou acordo, que prometia pôr fim à terrível perseguição dos católicos, que explodiu a partir de 1917 com a *Constituição de Queretaro*. Enquanto uma perseguição acabava no México, uma outra preparava-se, na Espanha. Num caso e no outro a Igreja derramou rios de sangue. Quanto conhecemos é a ponta de um iceberg e os números que possuímos podem fazer-nos só intuir a

APECITI, *Ciò che conta è amare. Vita del beato cardinale Alfredo Ildefonso Schuster*, Milano, Centro Ambrosiano, 1996.

⁴⁵ ALFREDO ILDEFONSO SCHUSTER, «Lett. Past. *Immolor super sacrificium et obsequium fidei vestrae*», *Rivista Diocesana Milanese* 20 (1929) 382.

⁴⁶ Tirado de: ARTURO CARLO JEMOLO, *Chiesa e Stato in Italia dalla unificazione ai giorni nostri*, Torino, Piccola Biblioteca Einaudi, 1981, 234-235.

realidade: no México, entre 1927 e 1930, quando a perseguição diminuiu, contavam-se 219 sacerdotes assassinados e na Espanha, no final da guerra civil, contavam-se entre os mártires 13 bispos, 4.184 sacerdotes diocesanos (inclusive os seminaristas), 2.365 religiosos, 283 irmãs e algumas dezenas de milhares de leigos.

O profeta é tal porque lê o presente com os olhos de Deus e por isso já sabe (e recorda com voz alta) que torrentes de lama são precursoras de rios de sangue e quando se chapinha na «imoralidade da vida, nos egoísmos pessoais e de grupo, na corrupção política, nas traições e nas infidelidades, a nível interpessoal e familiar, na negligência impassível, na insensibilidade diante de milhões de seres humanos cuja vida é sufocada com o aborto, no virar a cabeça diante das misérias de quem está vizinho ou de quem vem de longe, no comércio da droga»⁴⁷, somos todos arrastados pelos vagalhões do sangue e da dor. Hoje, enquanto este século está para terminar e leva consigo não só um segundo milênio de cristianismo, mas também os seus milhões de mortos⁴⁸, não podemos senão dar humilde e dolorosamente razão aos profetas de bem. Com efeito, o profeta não é nunca só homem de desventura. Ele lê a realidade com os olhos de Deus e sabe que Ele é o primeiro a sofrer pelo mal que o homem se procura e se inflige. Ele sabe que Deus é como um pai e uma mãe, aliás, mesmo quando uma mãe esquecesse do filho, assim Deus não faria (cf. Is 49,15), porque Deus é só capaz de amor. Precisamente por isso o amor é sempre mais forte do que o ódio, o bem mais forte do que o mal. Este, o mal, certamente «rodeia com um leão a rugir, procurando quem devorar» (1 Pd 5,8), mas não pode aniquilar o bem, porque não pode aniquilar Aquele que é o Bem, Deus mesmo. O mal pode insidiar mas nunca aniquilar; o malvado pode prevalecer mas nunca perdurar. Por isso o profeta, o homem de Deus, pode denunciar com violência o mal, mas termina sempre a sua invectiva com palavras de consolação e de esperança. Não é profeta de Deus quem tem só palavras de angústia; quem não vê que também nas trevas mais cerradas do homem, resplandece uma luz. É a luz do círio pascal: depois da Páscoa as trevas foram vencidas, para sempre. O mal já é como um temporal estivo, que pode escurecer o céu com as suas nuvens pretas e abalar o ar e as coisas com os seus trovões e os raios, mas muito cedo dissipa-se e o sereno, voltando, aumenta a alegria.

Ao Pe. Luís aconteceu estar entre estes profetas, que Deus manda sempre ao seu povo. Não se deve temer, portanto, nunca o mal e procurar sempre os caminhos do bem, pelos quais Deus passou por primeiro, para ajudar-nos a encontrar o caminho de Casa.

Os fatos de 1931

O fascismo, portanto, retomou a sua tentativa de hegemonia totalizante. Assim a tensão continuou. Recordemos os tristes fatos de 1931, quando, talvez também porque depois das encíclicas *Divini illius Magistri* (31 de dezembro de 1929) sobre a educação cristã da juventude, e da *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931) por

⁴⁷ CARLO M. MARTINI, *Un grido di intercessione*, 17.

⁴⁸ 56 milhões de mortos provocou a segunda guerra mundial; 60 milhões morreram na União Soviética sob Stalin; entre 120 e 200 milhões na China sob o governo de Mao Tsé-Tung. Quantos na guerra do Vietnã? Certamente 2 milhões e meio na Camboja sob Pol Pot. O resto escapa ainda ao cálculo, mas é obrigatório acrescentar pelo menos o genocídio que se está cumprindo já desde anos na África

ocasião do quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*, Mussolini, guardião ciumento dos direitos do Estado, sentiu-se atacado. Daqui a acusa de atividade política à Ação Católica⁴⁹ e, enfim, a dissolução dos círculos juvenis de Ação Católica e da FUCI. Igualmente dura foi a resposta de Pio XI: publicou em italiano (para que tivesse imediata difusão e não fosse sujeita a manipulações na tradução) a encíclica *Non abbiamo bisogno* (29 de junho de 1931), redigida pessoalmente pelo papa, esplêndida na denúncia da concepção totalitária do Estado e na defesa dos direitos da família sobre a educação: «Uma concepção do Estado que lhe faz pertencer as jovens gerações inteiramente e sem exceção da primeira idade até a idade adulta, não é conciliável para um católico com a doutrina católica, e nem sequer é conciliável com o direito natural da família. Não é para um católico conciliável com o direito natural da família. Não é para um católico conciliável com a doutrina católica pretender que a Igreja, o Papa, devam limitar-se às práticas externas de religião (Missa e sacramentos) e que o resto da educação pertença totalmente ao Estado». Só aos 02 de setembro de 1931, pela mediação do jesuíta, Pe. Pedro Tacchi Venturi, e do irmão de Mussolini, Armando, chegou-se a um acordo que assegurou a sobrevivência da Ação Católica, mas limitando a sua atividade ao campo religioso e renunciando a uma direção centralizada, reduzindo-a a um mais controlável (pelo governo) nível diocesano⁵⁰. Também ao Pe. Luís aconteceu ser de novo detido pela polícia fascista.

O encontro no confessionário

No entanto, no meio das trevas, já o dissemos, resplandece a luz. Enquanto estes tristes fatos políticos aconteciam, ocorreu o encontro com Clara Cucchi. Aconteceu em maio de 1933, no confessionário. Clara tinha naquele tempo trinta e cinco anos, gastados no estudo, nas obras de caridade e na assistência à mãe idosa. Talvez por isso não concretizara o seu desejo de consagração e, segundo os cânones do tempo, era já demasiado tarde. Mas o Pe. Luís desde tempo cultivava um ideal: que os leigos se consagassem ao apostolado, continuando a exercer a sua atividade profissional e ao mesmo tempo cultivando o espírito de uma comunidade religiosa. Este ideal podia ser abraçado por todos, sem limites de idade, porque comportava a presença no mundo, precisamente na maneira dos primeiros cristãos, que aderiram à fé nas condições mais diversas de idade, de cultura, de caráter. Clara encontrou nesta possibilidade a resposta ao desejo cultivado desde sempre no coração, e o Pe. Luís encontrou a pessoa que parecia tornar concretamente possível o seu sonho.

Depois de Clara veio Teresa Pitteri, que, querendo fundar uma seção da Ação Católica, encontrou-se com o assistente designado, Pe. Luís, e no seu caminho de direção espiritual sentiu-se propor o mesmo ideal de Clara: viver como os apóstolos na caridade.

Deveríamos notá-lo: não foi um projeto que o Pe. Luís perseguia quase teimosamente, mas antes o fruto de uma escuta, a escuta dos irmãos e das irmãs e com

⁴⁹ Uma boa reconstrução dos fatos, enriquecida por documentos da época, em: GIUSEPPE DALLA TORRE, *Azione Cattolica e Fascismo*, AVE, Roma 1981. Podem-se ler também os Atos: *Chiesa, Azione Cattolica e fascismo nell'Italia Settentrionale durante il pontificato di Pio XI (1922-1939)*. *Atti del quinto convegno di storia della Chiesa. Torreglia 25-27 marzo 1977*, Milano 1979.

⁵⁰ O texto está em *L'Osservatore Romano*, 02 de setembro de 1931.

eles a escuta de Deus. Com efeito, ensinava: «Fazem-se tantos castelos no ar, sentimo-nos quem sabe que coisa; esperam-nos quem sabe quais metas, mas depois nos damos conta que somos nada e que somente somos tudo nas mãos de Deus. Devemos convencer-nos que o ideal não é aquele que nós temos na cabeça, mas aquele que Deus estabelece para nós». O lugar do encontro originário entre Clara, Teresa e o Pe. Luís foi o confessionário, o lugar da misericórdia, onde o homem (cada vez que vai com coração sincero) recorda quanto grande é o amor de Deus por ele e, descobrindo (ou redescobrando) o seu oceano de Amor, vê numa luz nova quantas vezes, e como, não foi capaz de acolher e responder a este desejo divino de Amor (o pecado é isso: descobrir que a uma oferta de Amor não soube ou quis responder e descobrir que onde falta o amor falta também a alegria). Então, o crente não teme mais confessar que não foi capaz de amar como é amado (isto significa confessar os pecados), porque vive a confissão da sua culpa no horizonte do infinito amor de Deus e a este Deus novamente descoberto renova a adesão da sua fé, a promessa do seu empenho, pedindo a Ele a força e a luz para o novo caminho. Assim a confissão é o sacramento de quem se põe à escuta de Deus para entender melhor a sua voz de amor. E o sacerdote, o ministro, não é só aquele que dispensa o perdão (a absolvição) mas também o irmão que se faz companheiro, para orientar o irmão a entender o desígnio de Deus, para servi-lo no caminho que Deus lhe indica, tornando-o forte e seguro que Deus lhe está vizinho com a potência do Espírito que descende sobre ele com as palavras sacramentais de *absolvição*. Não por acaso, o sacramento da reconciliação (a antiga penitência ou confissão) encerra-se com um convite para a caminhada: «Vai em paz». Eis porque é importante notar que o Pe. Luís começou a sua obra no confessionário. A sua pergunta foi: «Para que o Senhor quer destinar estas irmãs?». Ele estava seguro que Deus tem um sonho para cada um de nós e é um sonho de felicidade, que passa pela nossa liberdade. Trata-se de ter sempre confiança, porque os tempos de Deus não são os tempos do homem. Trata-se, portanto, de aprender a olhar para as pessoas com os olhos de Deus e de ver no caminho de cada um as sementes que Deus ali jogou, para perceber qual seja a estação em que brotam e não deixá-las morrer. Pe. Luís era um camponês e também para ele, por outro lado, os tempos de Deus tinham sido diversos daqueles dos homens e a sua vocação tão contrastada pelos eventos, até à dramática alternativa dos dezoito anos («ou agora ou nunca mais»), tinha-o preparado para entender e saber que há sempre esperança na vida de cada pessoa.

Um carisma novo

Mas no tempo no qual estamos não era sempre assim: Clara Cucchi, por exemplo, e Maria Teresa Pitteri (e algumas outras como elas) não puderam concretizar seu desejo de consagração ao Senhor nos tempos de idade prescritos, mas eram ainda jovens e cheias de sinais que fazem reconhecer a presença de Deus: amar, servir, rezar. Certo, todos os batizados são chamados a agirem assim, mas há algum (existirá sempre algum) que deseja fazê-lo com coração indiviso, pertencendo completamente ao Senhor e exprimindo esta escolha total por ele de forma precisa, oficial, de modo que se torne não mais só um movimento generoso do coração, mas uma escolha definitiva de vida. É, por outro lado, uma das características de quem está enamorado: quem sente que ama uma pessoa, instintivamente sente que gostaria de amá-la para sempre (todo enamorado diz: «Amar-te-ei para sempre») e quanto mais está convicto disso,

tanto mais quer ligar-se à amada e propõe-lhe que vivam juntos, prometendo-o de forma solene. Toda cultura tem o seu modo de exprimir este vínculo, o matrimônio. Não existe amor (ou é um amor pobre, um amor não verdadeiro) que teme (ou não quer) empenhar-se solenemente para sempre. Quem se consagra a Deus, portanto, o faz para sempre, porque estabelece um pacto nupcial com Deus: este é o segredo e o sentido da consagração e por isso entre o consagrado e o esposado não há grande diferença: ambos são consagrados no amor ao Amor.

A esta beleza arriscavam não poderem ser admitidas pessoas como Clara e Teresa. Na realidade, o que impedira seu projeto religioso não era um obstáculo, mas um projeto de Deus, porque o seu desejo de amá-lo fosse à altura dos tempos, fosse novo como novos eram os tempos nos quais viviam.

Pe. Luís usava freqüentemente a parábola do grão de trigo que cai dentro da terra e dá fruto. O terreno é a humanidade e o grão é todo homem que queira ser como a semente do Evangelho. Numa sociedade que então não era ainda secularizada, mas hostil à Igreja e ao clero (além do respeito formal que podia ter por eles) a palavra do padre não penetrava mais. E, no entanto, já naquele tempo acontecia o que Paulo VI disse a um grupo de leigos, aos 02 de outubro de 1974: «O homem contemporâneo escuta mais de boa vontade as testemunhas que os mestres ou, se escuta os mestres, o faz porque são testemunhas»⁵¹. Esta é uma doutrina antiga, dado que já o Papa Gregório Magno (590-604) recordava que: «o coração dos ouvintes é mais facilmente penetrado pelas palavras que encontram confirmação na vida de quem fala»⁵². Na Igreja ocorre sempre as testemunhas e o primeiro dever dos ministros de Deus é precisamente o *ministério do testemunho* da própria vida. Ocorriam as testemunhas. Pe. Luís procurou sê-lo e propôs à Clara, à Teresa, a quem quisesse, que fosse testemunha do Evangelho no seu tempo. Esta é a aventura do Pe. Luís, o sinal do Espírito que foram os Institutos Seculares.

Assim foi posta a primeira pedra do novo edifício. Narra-o Mons. Ambrósio Trezzi: «Um dia, no trem para Varese, encontrei-me com o Pe. Monza [...] disse-me que ia a Biandronno para ver uma casa onde fosse possível pôr uma pequena obra para algumas vocações femininas que encontrara durante o seu ministério sacerdotal em Saronno [...] Disse-lhe que em Vedano teria podido ver um lugar ideal. [...] Quando chegamos na cima da colina, encontramos a posição realmente encantadora e apta: o Pe. Luís ficou entusiasmado com ela»⁵³.

Enquanto aconteciam estas coisas, o Cardeal Schuster, no seu desejo de valorizar os santuários marianos da diocese, mudava a condição daquele de Saronno, destinando-o aos cuidados dos Oblatos e, contemporaneamente, transformava-o em paróquia. Tornava inevitável a transferência do Pe. Luís. Chegava assim o tempo de viver uma outra bem-aventurança.

⁵¹ *Acta Apostolicae Sedis* 66 (1974) 568.

⁵² GREGÓRIO MAGNO, *Regra Pastoral*, II,3.

⁵³ PIETRO BEDONT, *Don Luigi Monza. Note biografiche*, Pontelambro, Ed. La Nostra Famiglia, 1974,

BEM-AVENTURADOS OS MISERICORDIOSOS

«BEM-AVENTURADOS OS MISERICORDIOSOS
PORQUE ALCANÇARÃO MISERICÓRDIA» (Mt 5,7)

De novo de partida

«Mandam-me para longe, para separar-me de vocês, jovens, criando-me também não poucas dificuldades para seguir a Obra». Com estas palavras, cheias de tristeza, o Pe. Luís comunicou a Dajelli a sua transferência de Saronno para a Paróquia de S. João de Castagna, em Lecco.

Tinha razão: de Lecco a Vedano ocorria pelo menos meia jornada de viagem com os transportes daqueles tempos. Ocorria, portanto, ter um coração grande, capaz de liberdade, capaz sempre e só de acolher e tudo doar; um homem com o coração completamente pobre (*miser-cordis*) para todos amar; para fazer-se «tudo para todos a fim de salvar alguns a todo custo» (1Cor 9,22).

Mas, como pudera acontecer que o Pe. Luís fosse chamado a viver a bem-aventurança da misericórdia? Aos 05 de agosto de 1936 morrera o pároco de S. João e o Cardeal Schuster aproveitou a ocasião para pedir aos paroquianos que renunciassem ao antigo privilégio de eleger seu pároco, prometendo que lhes teria enviado um pároco «segundo o coração do Senhor».

Pároco «segundo o coração do Senhor»

Como foi o Pe. Luís um pastor «segundo o coração do Senhor»? Um primeiro sinal poderíamos encontrá-lo na resposta que deu a uma sua paroquiana, Teresina, que lhe perguntava se estava contente em ter sido nomeado pároco de S. João. Pe. Luís respondeu: «Eu estou contente em fazer a vontade do Senhor, que me pediu isso»⁵⁴.

O primeiro critério do pastor é estar contente em fazer a vontade do Senhor; em sabê-lo amar onde Ele o chama para servir; em amar como Ele, que não considerou um tesouro ao qual se apegar ciosamente o seu ser Deus, mas humilhou-se a si mesmo, fazendo-se obediente ao Pai (cf. Fl 2,5-11). Pe. Luís, portanto, viveu em constante obediência. Talvez era um estilo dos tempos; certamente é o estilo dos santos, porque também o Papa João XXIII se propôs sempre «*oboedientia et pax*».

«Pastor segundo o coração do Senhor» significava e significa cultivar em si e difundir em redor de si o mesmo desejo de amor. Pe. Luís conhecia este desejo divino de amor desde criança, quando o via representado pelo Sagrado Coração, aquele coração ardente, porque «Eu vim trazer fogo à terra, e como desejaria que já estivesse aceso» (Lc 12,49); este Coração dilacerado do qual jorra «sangue e água», nos quais a Igreja sempre viu simbolizado o sacramento da Eucaristia, à qual convergem e da qual dependem todos os sacramentos.

⁵⁴ Da relação com o título: *Alcune note su don Luigi Monza a chiarimento di alcuni fatti della sua vita parrocchiale a S. Giovanni di Lecco*, em Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

«Pastor segundo o coração do Senhor» é, portanto, aquele que faz dos sacramentos da Igreja o coração da sua vida. Tal foi o Pe. Luís. Os testemunhos são concordes sobre a sua devoção enquanto celebrava, sobre a sua assiduidade ao confessionário, sobre a sua solicitude pelos doentes. Ele tinha o dom raro de comunicar com o coração; de fazer perceber que cria no que celebrava e dizia.

Amor e devoção à Eucaristia, que tornava as suas procissões sempre solenes e recolhidas e, segundo alguns testemunhos, capazes de trazer o sereno, mesmo quando o céu ameaçava a chuva.

Amor e devoção à Eucaristia, que se reconhece naquele padre que encontra, algumas vezes de noite, junto à fonte: a Cruz de Jesus Cristo e a constante vitoriosa memória que dela é a Eucaristia, guardada no tabernáculo. Quantas testemunhas passaram diante do assim chamado Tribunal dos Santos para depor que o viram de madrugada já na igreja ou para referir que era conhecido a todos os paroquianos que a luz acesa por muito tempo, de noite, na igreja, fazia companhia ao pároco recolhido em oração. Não foi ainda encontrado (e talvez não o será nunca) um apostolado mais fecundo do que aquele feito em oração. E talvez deve-se guardar como um sinal o fato que a crise cardíaca, que depois resultou fatal, acometeu-o durante um funeral, enquanto acompanhava pela última vez – também para ele, sem o saber – um seu paroquiano ao repouso de quem espera a ressurreição. E isso precisamente porque a Eucaristia tem como uma inclusão: é introduzida pela lavagem dos pés e concluída com a cruz: «Está consumado» (Jo 19,30).

No caso da lavagem dos pés, Jesus se faz servo para dar um exemplo – ele mesmo o diz – e um mandato aos seus discípulos («Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais» (Jo 13,15)). É o mandato da acolhida: qualquer um que venha à casa do Senhor deve (deveria) encontrar o servo pronto a lavar-lhe os pés, para testemunhar-lhe com aquele gesto que aquela é sua casa; que ali poderá sentir-se benquisto e bem acolhido, porque o «dono» o ama. Isso deveria fazer sempre um padre. Daqui todo um estilo, o estilo da acolhida com toda a bagagem de virtudes que o realiza. Tal foi o Pe. Luís: «A firmeza do seu tratamento, a gentileza inata mais que adquirida, acabavam por estimular, na ordem do espírito, à confiança»⁵⁵.

Mas o *mandamento* do Senhor tem um âmbito de pertença mais imediato, que algumas vezes vem *by-passado*: Jesus diz aos discípulos que se lavem os pés «uns aos outros», antes ainda de dizer que lavem os pés dos outros. É o mandamento da acolhida fraterna: «amai-vos uns aos outros como eu vos amei» (cf. Jo 15,12). Uma comunidade cristã é reconhecida pela acolhida fraterna entre os seus membros antes ainda que pelos seu ímpeto missionário. Este é feito antes daquela, como recorda-nos a ícone dos *Atos dos Apóstolos*: «Eram assíduos [...] na união fraterna [...] gozando da simpatia de todo o povo» (At 2,42.47). Pe. Luís teve este estilo fraterno com os outros padres, favorecidos como se era então pela tradição das assim chamadas *recíprocas*.

O *mandamento* da lavagem dos pés – dizíamos – introduz a instituição da Eucaristia. No final da última Ceia está a crucificação. Gostaria de recolher duas palavras de Jesus sobre a cruz. A primeira é o grito: «Tenho sede» (Jo 19,28). Esta sede é apresentada pela Tradição como a sede de «almas para salvar». Assim, da cruz, Jesus recorda-nos a *missão*. A segunda palavra da cruz indica um gesto: «Inclinando a

⁵⁵ Do testemunho do Pe. Egidio Meroni, em Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

cabeça, entregou o espírito» (Jo 19,30), que se deveria traduzir: «Emitiu o espírito; mandou o espírito». Mas, deve-se escrever com minúscula ou com maiúscula? O último respiro do Moribundo é o primeiro dom do Ressuscitado; o último respiro da sua morte é o primeiro sopro do Espírito de vida. Este é o nó górdio da cruz e neste morrer de Jesus que se torna vida para nós – porque doa-nos o seu Espírito – cumpre-se o projeto eterno de Deus, que desde sempre nos criou para receber o dom da Sua vida. Deve-se acrescentar uma outra coisa: o Espírito é efundido da cruz sobre a Mãe e sobre o «discípulo que ele amava» (Jo 19,27). Será «amado» de agora em diante aquele discípulo que acolhe o Espírito e se faz testemunha dele. «Pastor segundo o coração do Senhor» é, pois, aquele que vive como o discípulo «amado», que está aos pés da cruz e procura matar a sede de Jesus, procura – como se dizia uma vez – «salvar as almas».

O zelo de um pastor

Esta foi a paixão ardente do Pe. Luís no seu ministério de pastor. Daqui o seu compromisso, não só em manter as estruturas tradicionais da pastoral paroquial, mas em procurar adaptá-las aos tempos novos e, sobretudo, torná-las vivas; enchê-las de conteúdo.

Pensemos nas *Conferências de S. Vicente*, retomando a sintética citação feita pelo Cardeal Martini na *Comemoração* do Pe. Luís Monza, aos 16 de setembro de 1994, em Bosisio Parini. Ele citava alguns *Pensamentos*, ditados às Coirmãs das *Conferências* pelo Pe. Luís Monza: «A caridade é Deus e Deus deve ser honrado na caridade. [...] A caridade é amor de Deus, completada com o amor do próximo. [...] Prodigalizai-vos em amar o próximo por amor de Deus. O amor de Deus é completo só se combinado com o amor do próximo. Com efeito, é absurdo amar a Deus se odiamos quem Ele ama. E Deus ama a todos».

Pensemos no cuidado que teve pela catequese, pelas Confrarias, pela Ação Católica. Não se trata de fazer um elenco de atividades, das reuniões que sobretudo naquele tempo tinham um prazo programado. Gostaria que intuíssemos das suas palavras qual fosse o espírito que propunha, quais fossem alguns seus pontos formativos.

Tal era para ele a importância da catequese – ou *doutrina*, como então se dizia – que o Pe. Luís chegou a formular um paradoxo: «É melhor escutar a S. Doutrina que a S. Missa. Porque se escutam a S. Doutrina escutarão também a S. Missa, mas se não vêm à doutrina, aos poucos deixarão de vir também à missa».

Entre as Confrarias sobressaía por importância – também pela insistência que nela tinha posto o Cardeal Schuster – a do *SS. Sacramento*, chamada a honrar a Eucaristia. O Pe. Luís imaginava-se muitas vezes o diálogo entre o crente e a Lâmpada que arde sempre junto ao tabernáculo: «Aprendamos dela e perguntemo-lhe: “O que fazes continuamente perto do Sacramento?”. “Eu derramo luz e rareio as trevas durante a noite. E tu nas trevas densas da tua vida aproxima-te do altar eucarístico; acende a tua fé e esclarece a tua consciência”. A lâmpada ainda diz: “Eu dou calor doce e suave. É pequena coisa, mas dou tudo o que tenho. Dá também tu ao Senhor o afeto do teu coração, não é grande coisa, mas agrada tanto a Jesus. O importante é que o teu amor não se atenua e o leve para outras partes”. Finalmente, a lâmpada diz: “Vê,

eu queimo e queimando consumo-me. Consuma-te também tu de amor pelo teus Deus, de desejo de unir-te com ele e de ser feliz com Ele no céu”».

À Ação Católica, cujo slogan era «*Oração, Ação, Sacrifício*», explicava: «A oração é digno instrumento que nos dá a graça divina. A ação torna-nos continuadores da obra da redenção. O sacrifício também, porque sem este o apostolado é incompleto. Cristo teve que ser crucificado para salvar o mundo».

Em síntese, era o cuidado da formação dos jovens e do apostolado dos leigos, em profunda sintonia com o seu cardeal que, sem parar, insistia sobre estas realidades. Cada padre foi estimulado para este empenho: o episcopado de Schuster foi marcado até o final por esta insistente admoestação aos seus padres a não negligenciar nunca o primado da formação, da qual são (e foram) feitos *ministros* com a sua ordenação. Era um exigente convite a ser padres que davam o primado à caridade, com acentos de singular *modernidade*, como podemos ver num passo de uma homilia do cardeal, dirigida aos padres durante o sínodo de 1946, enquanto ainda fumegavam as cinzas deixadas pela guerra mundial: «Já as antigas posições decretadas pelos Cânones são subvertidas pelos acontecimentos: só o Santo pode dominar e conquistar o mundo. Concordatas, Bens Eclesiásticos, capas canonicais e arminhos. Nós não sabemos quando ainda ficará de todo aquele arreio medieval daqui a cinquenta anos. Bem ou mal que seja, existe o fato que hoje o mundo entende ainda Dom Bosco, Dom Orione, Dom Guanella, Dom Plácido que entra no bosque para tirar a calça para depois entregá-la a um mendigo que durante o caminho pedira-lhe a caridade! Estes homens apostólicos, toda gente que não tinha um vintém, mas tinham passado tantos deles aos pobres, padres de fé que não fizeram nunca carreira porque quiseram ficar à disposição unicamente do povo; homens de Deus sem primeira classe e sem relógio de pulso, talvez de poucas palavras e de modos apressados, porque a pregação mais eficaz que tinham era a sua mesma vida. Pois bem, o povo compreendia a sua linguagem que resultava eficaz, enquanto, ao invés, tantas e tantas outras pregações e alocações facilmente não servem para nada»⁵⁶.

Pe. Luís procurou, portanto, acolher todos, em particular seja durante a guerra que depois. As testemunhas recordam a hospitalidade discreta aos desabrigados, aos quais colocou à disposição toda a sua casa; aos guerrilheiros, que escondeu ou proveu de víveres; aos ex-fascistas, que ajudou a escapar das vinganças e, quando as sofreram, persuadiu os seus parentes ao perdão, convicto que «o cristianismo nasceu e cresce sobre a misteriosa lei do perdão».

Pe. Luís, em todo caso, não se limitou ao cuidado do rebanho recolhido no redil, mas procurou encontrar também os longínquos: «entretinha-se com os homens; talvez quando os via na taverna, aproximava-se deles, pagava-lhes também de beber»⁵⁷; «Recordo que sobre minha casa morava um certo Bonacina, comunista “exaltado”. Quando esposou sua filha, Pe. Luís aproveitou a ocasião para aproximar-se dele. Naqueles tempos não era costume celebrar a missa, mas o Pe. Luís, neste caso, celebrou-a»⁵⁸.

⁵⁶ *Synodus Mediolanensis XLIV*, Mediolani 1947, 55-56.

⁵⁷ Do testemunho de Josefina Dell’Oro, em Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

⁵⁸ Do testemunho do PE. FRANCO COLOMBO, em Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

Não era fácil, então, ter este estilo pastoral acolhedor: o fascismo antes e o comunismo depois, determinaram um contraste dilacerante e dramático para a Igreja na Itália. Os filmes de *don Camillo e Peppone* aureolaram e enobreceram uma relação que foi muitas vezes dramática e que viu o martírio de muitos padres e leigos, culpados somente de serem cristãos convictos. O martirologio da Igreja italiana no coração deste século não foi ainda escrito e talvez não o será, porque – provavelmente – seria demasiado dilacerante pela coberta espessa de silêncio estendida nos decênios do após-guerra da Itália. E talvez é um bem: o esquecimento das vítimas pode ser precursor de um futuro novo, que procura o que constrói e não perde tempo em reprochar o que divide. A guerra foi tempo de medo e de morte, com a sua carga de ódio, com a Europa reduzida a um campo de ruínas, com a divisão da Itália entre República Social Italiana e Reino de um rei fugitivo, entre represálias nazistas e exército de libertação. Nem melhor foi o primeiro após-guerra, quando muitos, demasiados, apressaram-se em mudar de casaco e, como acontece muitas vezes a estes *convertidos* depois da última hora, estes, mais do que outros, enfureceram-se na vingança, capaz de esconder também a própria traição. Quanto sangue fraterno foi então derramado?

Junto a isso girava pela Europa um espectro e era aquele que anunciava a aniquilação científica da Igreja. Também isso ocorre recordar com coragem, para ter uma (um pouco) mais honesta visão daqueles tempos. As dramáticas eleições de 18 de abril de 1948, as exagitadas reações de alguns bispos e de muitos padres, a excomunhão para quem professasse a ideologia marxista; tudo isso – e, certamente, outras coisas – compreende-se melhor se se recorda a perseguição – até quase o genocídio – dos cristãos em quase todo o Este europeu. Valha somente o exemplo do que aconteceu na Romênia, entre 1945 e 1953. Em 1945 havia doze bispos católicos (e deveríamos pensar também nos irmãos ortodoxos), em 1953 estavam todos na prisão e pelo menos tinham já ali morrido. Havia quase três mil padres em 1945; depois de oito anos eram reduzidos a 1400 (500 estavam na prisão ou nos trabalhos forçados, 250 eram dispersos, 55 certamente assassinados). Havia 3.795 igrejas e delas permaneciam utilizáveis 700; enquanto as paróquias reduziram-se de 1.494 a 683; de 160 casas religiosas ficavam 25 e todas as 376 escolas com os seus 53.000 estudantes foram suprimidas. O mesmo fim fizeram os institutos de assistência (160) e os 30 jornais católicos. Creio que não é preciso comentar.

Certamente na Itália o número dos inscritos na Ação Católica era impressionante e os Oratórios foram logo dotados de cinema e de palestra, acolhendo todos os jovens. Mas, quem estava ao lado da gente e as pessoas sensíveis intuía que alguma coisa diversa incubava e que ocorria reconstruir a pessoa e dar-lhe logo de novo aqueles valores que, únicos, podem dar sentido à vida, à sociedade, ao bem.

Terra de missão

A Igreja, também na Europa, encontrava-se nas mesmas condições dos primeiros séculos: estava em missão. Ficou famoso naqueles anos o livro de Henri Godin, *França, terra de missão?* (1943), ao qual seguiu a esplêndida Carta Pastoral para a Quaresma de 1947, do cardeal de Paris, Emmanuel Célestin Suhard, *Agonia da Igreja?* Nela ele afirmava que a segunda guerra mundial «marcava o fim de um mundo»; dela teria nascido um mundo novo. A grande pergunta era se a Igreja teria

participado dele. Os não crentes gritavam que a Igreja era «quase moribunda», minoria sempre menos influente; abandonada por povos inteiros; sombra de si mesma na cultura; dilacerada por facções rivais no seu interior; desacreditada pelos seus mesmos filhos; justamente condenada a descontar «o preço da sua infidelidade às origens» e a «ir para o mar» com o regime capitalista ao qual se ligara; a sua influência era «maléfica»; ela era a «inimiga número um do homem», enquanto «o cristianismo (tinha) desvirilizado o homem». Mas, depois desta terrível análise, o Cardeal Suhard continuava: a Igreja não morreu, já que «o homem moderno tem sede do Evangelho». Como aproximar-se do homem moderno? Respondia o cardeal de Paris: «As almas não chegarão à Cruz – *«spes unica»* – senão através da oração, da penitência e da longa paciência da fé e da caridade». O Pe. Luís teria com prazer subscrito a análise do tempo do cardeal e a sua proposta evangélica de solução.

Foi o mesmo desejo que acompanhou os últimos anos do cardeal Schuster. É célebre o discurso para a festa de Santo Ambrósio, de 1950, no qual Schuster convida o seu clero a olhar para o futuro, a projetar cheio de esperança, a não se tornar – perigosamente – guarda do tempo antigo, ainda que glorioso: «tempos e homens mudam e quem fica parado na estrada acaba por isolar-se da caravana»⁵⁹. Por isso, com coragem, indicava a estrada da missão: «É preciso ir às massas, para recristianizá-las»⁶⁰.

Mas não aconteceu sempre ao homem viver em guerra e no ódio. Também aqueles anos agitados eram compostos por uma série de dias, em cada um dos quais houve o exercício cotidiano da misericórdia, exercitado no confessionário e na presença ao lado das diversas formas de dor do homem. O Pe. Luís não transcurava nunca os doentes e não houve leito que não o viu presente com a sua oração e a sua palavra. E houve a misericórdia (aquela abertura disponível do coração) que se exercita na escuta atenta, paciente, *cordial*, para aconselhar o interlocutor segundo os planos de Deus. A escuta, o conselho espiritual foram o campo singular, que permitiu ao Pe. Luís compreender ainda melhor o projeto de Deus. Também em São João havia moças que procuravam compreender o projeto de Deus no hoje da Igreja e da sua vida; que fundisse pertença total a Deus e total serviço aos irmãos, total doação na caridade. Assim aquela vereda, entrevista e iniciada em Saronno, em São João tornou-se estrada com o traçado claro e seguro. Ocorre explicar-se.

O esclarecimento de um carisma

No início (na segunda metade de 1936) a intenção do Pe. Luís, de Clara e das primeiras companheiras, era a de dedicar-se a uma experiência de fraternidade e de missão juntas: a exemplo dos primeiros cristãos, dos apóstolos sobretudo, empenhar-se para levar de novo a sociedade para Deus; tendo, portanto, uma vida intensa de caridade fraterna, mas também e ao mesmo tempo uma grande ductilidade, uma grande adaptação às situações, para poder levar nas mais diversas situações o espírito do Evangelho, o anúncio do amor de Deus em Cristo para toda pessoa. Assim teriam

⁵⁹ «Che cosa dovrebbe fare oggi S. Ambrogio?», *Rivista Diocesana Milanese* 39 (1950) 21-27: 21:

⁶⁰ *Ibid.*, 23.

podido fazer parte delas todas as pessoas que queriam *ter o espírito dos apóstolos*: o amor de Cristo. A Casa de Vedano teria sido a base da qual irradiar este espírito; onde acolher (através de Exercícios, retiros e momentos espirituais) todos aqueles que como os apóstolos precisavam sentir-se dizer «Vinde aqui e descansai um pouco» (Mc 6,31), para que sejais depois prontos e animados a tornarem nas atribulações do mundo «plenos de alegria e de Espírito Santo» (At 13,52).

Um passo significativo na clarificação do carisma foi cumprido durante a guerra, quando na Casa de Vedano encontrou lugar uma outra forma de caridade, conforme às necessidades do momento. Foram acolhidos os despejados de Milão, inclusive alguns hebreus. Por outro lado, o Pe. Luís sempre precisara que a obra devia «agir como os apóstolos, tendo em conta as necessidades do nosso tempo». Quem era mais necessitado do que as vítimas de guerra?

Um novo passo no caminho do discernimento teve-se no início de novembro de 1945: dois sacerdotes ambrosianos, Pe. Natale Motta e Pe. Andrea Ghetti, propuseram às Pequenas Apóstolas que dirigissem o Centro de recolhimento dos meninos e adolescentes filhos de prisioneiros e justicados políticos de Cugliate in Valganna. O Pe. Luís e as *irmãs* refletiram muito antes de aceitarem, mas prevaleceu a convicção que a proposta estivesse em sintonia com o ideal empreendido: «Uma das maiores graças que nos fez o Senhor é certamente aquela de ter-nos chamado a fazer o bem»⁶¹. Foi uma experiência que comportou grandes sacrifícios pelo lugar incômodo, pelo número e as características dos meninos, que se tornaram muito cedo oitenta e chegaram a duzentos e cinqüenta: órfãos, abandonados, transtornados pelas experiências trágicas das suas famílias e, enfim, jovens confiados pelo tribunal ao Pe. Natale.

No entanto, a providência abria uma outra porta. Em janeiro de 1946, o diretor do Instituto Neurológico Carlo Besta, de Milão, propôs à Clara Cucchi, sendo seu amigo de família, de ocupar-se dos meninos deficientes psíquicos. A proposta foi acolhida.

Sucedeu, portanto, uma coisa importante: a intuição profunda do Pe. Luís, o valor da caridade, permaneceu intocado, sinal que este era o ponto central, o carisma do Instituto que teria nascido. Mas, tornaram-se contingentes as formas de atuação deste carisma: a caridade teria sido exercitada não tanto favorecendo e acolhendo retiros ou cursos de exercícios, mas abraçando os membros do irmão que sofre e, entre todos, os mais fracos, o menino deficiente.

Pe. Luís, e com ele as *senhoritas*, que tinham acolhido a sua guia e o seu convite, tiveram a coragem de obedecerem a Deus e ao projeto que Ele tinha e que lhes fora revelando, enquanto teria sido da lógica mundana perseguir e defender o projeto por eles pensado e estudado. O Instituto que nasceu, portanto, não foi (não é) uma outra coisa, paralela ao ministério pastoral do Pe. Luís. Não foi algo que ele cultivou ao lado e além do seu ser pároco. Nasceu antes dentro do seu ser pároco, do exercício da misericórdia, confiada às mãos e ao coração do padre. Nasceu do seu ser «Pastor segundo o coração do Senhor».

⁶¹ [DON LUIGI MONZA], *Don Luigi ci parla*, Pontelambro, Ed. La Nostra Famiglia, 1973, 49.

BEM-AVENTURADOS OS QUE PROMOVEM A PAZ

«BEM-AVENTURADOS OS QUE PROMOVEM A PAZ,
PORQUE SERÃO CHAMADOS FILHOS DE DEUS» (Mt 5,9)

Os donos de A Nossa Família

Chegamos assim a falar do Instituto, ou melhor dos Institutos, que dependem do discernimento operado pelo Pe. Luís. Parece-me que, no longo caminho que conduziu ao *Instituto Secular das Pequenas Apóstolas da Caridade* e à *Fundação A Nossa Família*, o Pe. Luís tenha vivido a bem-aventurança dos operadores de paz. Na paz, ele conduziu o itinerário do Instituto e chamou-o a exercitar o estilo dos «que promovem a paz», que são depois os «filhos de Deus». E o discurso levar-nos-ia longe, porque os filhos de Deus são aqueles que fazem a sua vontade (cf. Mt 12,48); aqueles que, vivendo segundo o Espírito (cf. Rm 8,14), chamando Deus «Abba, Pai» (Rm 8,15); aqueles que reproduzem, com um renovado esforço cotidiano, o seu rosto de amor. A caridade, portanto, caracteriza os filhos de Deus. Por isso foi sentida como o ideal supremo pelos primeiros cristãos, que resumiram o seu rosto no ícone da Igreja primitiva. Ícone que se impõe em toda época da vida da Igreja, sobretudo nas suas passagens de épocas.

A primeira reunião do nascente Instituto tem uma data precisa, porque conservada numa *caderneta* do Pe. Luís: «30 de outubro de 1936. Finalidade desta primeira reunião: colocam-se as bases do Instituto “A Nossa Família”, que é para a glória de Deus, para a salvação das almas. Inculca-se humildade e a sua prática». Do primeiro pequeno grupo que aderira, ficaram Clara e Teresa, às quais se juntou, em 1938, Tranquilla Airoidi. Foram o primeiro núcleo, que se transferiu para Teglio in Valtellina, para o verão de 1938: aqui exercitar-se-iam a viver entre si o estilo de caridade que as teria devido caracterizar por toda a vida, o estilo de caridade dos primeiros cristãos, dos Apóstolos. Por este motivo, as primeiras *Regras*, redigidas pelo Pe. Luís, tiveram um título significativo: «*Como os Apóstolos*». Dos Apóstolos, os membros do Instituto nascente, teriam possuído a *caridade missionária*: «aquela caridade que não se para na metade da estrada, mas sabe chegar até as últimas conseqüências», para poder dizer como Paulo: «Para mim viver é Cristo» (Fl 1,21); a fazer-se, como Paulo, «tudo para todos a fim de salvar alguns a todo custo» (1Cor 9,22), porque «o amor de Cristo nos compele» (2 Cor 5,14). O Cardeal Schuster apreciou logo a iniciativa e testemunhou-o com a sua visita à comunidade ainda *em germe* (03 de maio de 1939). Do caminho de *adaptação* do carisma da caridade já falamos, até ao discernimento *significativo* da acolhida das crianças «deficientes psíquicas». Digo *discernimento significativo* e não *definitivo* porque não sabemos o que o Senhor espere no futuro da obediência das Pequenas Apóstolas à (sic!) Caridade. A data deve ser recordada: aos 28 de maio de 1946, chegaram, em Vedano, Vera e Umberto, os dois primeiros dos já inumeráveis hóspedes (ou donos) da *Nossa Família*. A semente começava a tornar-se uma planta e entrevia-se que tipo de semente fosse: a caridade para com os *pequeninos*. Por eles aceitou-se a direção de *La Montanina* de Esino Lario e, tendo-se tornada insuficiente a Cada de Vedano, procurou-se uma nova

sede. Foi assim comprada a Villa Scaravaglio de Pontelambro, perto de Erba, que foi inaugurada como nova sede de *A Nossa Família*, aos 06 de janeiro de 1949. Depois abriu-se a nova Casa em Varazze, perto de Savona (1952) e comprou-se Villa Pavoni (1952), que surgia a lado da Villa Scaravaglio, onde foram acolhidos os meninos espásticos: um novo campo de serviço.

As Pequenas Apóstolas da Caridade

Mas, ao lado desta ia esclarecendo-se também a idéia do *Instituto Secular*, uma proposta espiritual já conhecida entre nós. Não era assim nos primeiros decênios do século, quando eles moviam os primeiros passos: só aos 02 de fevereiro de 1947, Pio XII promulgou a Constituição Apostólica *Provida Mater Ecclesia*, com a qual eram reconhecidos os institutos seculares, mas se teve que esperar o Motu proprio *Primo Feliciter* (12 de maio de 1948) e a Instrução *Cum Sanctissimus* (19 de março de 1948) para ter as indicações aplicativas.

Em virtude destas normas, o Pe. Luís obteve o reconhecimento da Santa Sé para o Instituto secular das *Pequenas Apóstolas da caridade* (20 de dezembro de 1949). Qual fosse o espírito deste Instituto, creio encontrá-lo numa frase do Pe. Luís: «Se quereis tornar-vos santas, com a ajuda do Senhor tornar-vos-eis. Querer tornar-se santas: eis o fim para o qual fostes chamadas»⁶². Por outro lado, dizia o Pe. Luís: «É uma contradição querer santificar os outros sem santificar a si mesmos. Seríamos funcionários rotineiros. A nossa santificação não tem limites: “Sede perfeitos como o vosso Pai é perfeito”. “Quem é santo, faça-se mais santo”»⁶³.

O acompanhamento do Pe. Luís

O Pe. Luís, na medida em que pôde, empenhou-se em ajudar estas moças a cumprirem o seu ideal. Com as suas instruções, com a sua discreta presença. Discreta, porque ele era antes de tudo – e procurou permanecer sempre – pároco. Assim ele ia muitas vezes encontrar a primitiva comunidade de Vedano, sem deixar-se frear pelo mal-estar que comportava a viagem e sem transcurar o seu dever paroquial. Naquele tempo não havia muitas funções de tarde ou encontros noturnos; assim o Pe. Luís, quando era seguro que não existissem situações de emergência (pensamos em algum doente grave ou em algum funeral) ou outros compromissos, partia de Lecco e chegava em Vedana ao anoitecer; encontrava as *irmãs*; ditava-lhes uma meditação e celebrava a Eucaristia. Em outras palavras: dirigia uma *tarde* de retiro espiritual. Vale a pena anotar aqui quais eram os *Cinco Pontos* sobre os quais o Pe. Luís admoestou constantemente as Pequenas Apóstolas:

«Alcançar o desapego total para repetir, enfim, o ditado de S. Paulo: “não sou mais eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim”»

«Apodrecer na humildade como o grão evangélico que dá muitos frutos».

«Exercitar a caridade com heroísmo e no privilégio da perseguição dizer ao perseguidor: “E tu serás meu irmão em Cristo”».

⁶² [DON LUIGI MONZA], *Una proposta di vita*, Pontelambro, Ed. La Nostra Famiglia, 1976, 22.

⁶³ *Ibid.*, 79.

«Conservar a serenidade e o sorriso como de quem possui a verdadeira felicidade em Deus, para fazer dizer como Santo Agostinho: «Se estas e estes, por que não eu?»».

«Amar-se entre si como as partes do corpo místico de Cristo, calando sobre todo ofensa recebida, a não ser no caso em que calar provoque escândalo nos outros e dano à Instituição»⁶⁴.

Na manhã do dia seguinte, o Pe. Luís voltava para a paróquia. Ao invés, para a visita à Casa de Pontelambro, que era muito vizinha à paróquia de S. João, ele geralmente reservava a segunda-feira, que era considerado um dia de meio repouso para o pároco. O Pe. Luís, portanto, usava o tempo de repouso para fazer o seu serviço à comunidade das Pequenas Apóstolas. Repousava mudando de trabalho. Ensinava-o o mesmo Cardeal Schuster: «Para nós, não existem senão cargas de “carregamento”»⁶⁵. É assim que o Cardeal Ferrari vinha saudado: «o carregador da Santa Mãe Igreja». Em profunda comunhão com os seus bispos santos, Pe. Luís dizia: «Amar a Deus significa lutar, sacrificar-me, sofrer. Para que o amor de Deus não seja arrancado dos nossos corações, deve ser um amor forte»⁶⁶. O seu amor forte era para S. João, para as Pequenas Apóstolas, para A Nossa Família: não havia a palavra *basta* no seu vocabulário. Também no meio das incompreensões. No-lo ensinam também as bem-aventuranças.

⁶⁴ *Ibid.*, 27.

⁶⁵ «Pel prossimo Congresso Diocesano degli Oratori Parrocchiali», *Rivista Diocesana Milanese* 42 (1953) 260.

⁶⁶ [DON LUIGI MONZA], *Una proposta di vita*, Pontelambro, Ed. La Nostra Famiglia, 1976, 112.

BEM-AVENTURADOS VÓS QUANDO VOS INJURIAREM

«BEM-AVENTURADOS VÓS QUANDO VOS INJURIAREM
... POR CAUSA DE MIM» (Mt 5,11)

Premissa

Esta última bem-aventurança parece coroar todas as outras, como se, se não existissem insultos ou incompreensões, malignidades ou prejuízos, para suportar com a paciência do amor, não seja completo o caminho espiritual.

As provas do Instituto

Ao lado das provas sofridas pelo Pe. Luís, puseram-se aquelas do Instituto desde o início. A partir do nome não precisamente cumprimenteiro – mesmo se certamente não depreciativo – endossado pela gente de Vedano àquelas mulheres que viviam juntas, mas não eram freiras e rezavam como as freiras, mas não na sua capela e sim na igreja paroquial, como todos os fiéis normais: as «titias do Lazareto». Certamente o povo é bom e tem faro; pode burlar das pessoas com fantasia e humorismo, mas depois ajuda. Assim ajudavam as *estranhas* titias do Lazareto, que se empenhavam em obras de caridade gratuitas e o faziam com o sorriso, obedientes a seu fundador, que ensinava: «Está sempre alegre o coração que vive em Deus».

Um sucessivo momento de sofrimento foi devido ao inevitável aumento do empenho pelos pequenos deficientes, que criou incompreensões com a própria Clara Cucchi. Ela esperara poder conjugar recolhimento espiritual e caridade ativa com os pequeninos, procurando guardar aquele ideal espiritual que a sustentara por toda a vida e abrindo-o – como fizera junto com o Pe. Luís – às solicitações do Espírito que chamava para a nova estrada do serviço aos mais fracos. A sensibilidade espiritual de Clara foi talvez aguçada pela dolorosa prova da doença, que foi piorando a partir de setembro de 1946, precisamente quando se encaminhava para as novas vias que o Senhor parecia indicar. Daqui os períodos sempre mais longos de repouso, longe de Vedano, com o inevitável criar-se de *boatos* de desavenças. É sempre surpreendente a facilidade com a qual somos todos levados a ver melhor o que é negativo ao invés do que é positivo; a dar por descontado o bem e o bom e ao invés a acender o nosso interesse pelo mal, provando estranho prazer em contá-lo aos outros. O quadro completa-se, se acrescentamos que – como era em certa maneira inevitável – o Pe. Luís pensou que fosse oportuno nomear, no lugar de Clara, uma nova Superiora para o Instituto que devia ainda ser reconhecido pela Autoridade eclesiástica: pareceu uma falta de atenção para com quem por primeiro acreditara na proposta do Pe. Luís e gastara por ela, concretamente, a sua vida e dera-lhe as suas substâncias; por quem se sentia «co-fundadora», mesmo se o Pe. Luís detestava este termo para si e para ela: «É

absolutamente contrário ao nosso espírito que alguém reivindique o direito de ser fundador ou fundadora da Obra, porque o único e exclusivo fundador é Deus»⁶⁷.

Assim, aos 18 de janeiro de 1950, o Cardeal Schuster erigiu canonicamente o Instituto das Pequenas Apóstolas e, depois de um mês, aos 18 de fevereiro de 1950, Clara morria, sem ter podido emitir a profissão formal de pertença ao Instituto, já que estava em San Remo desde 18 de novembro de 1949. Alegria e tristeza fundiram-se; o agradecimento a Deus e ao Pe. Luís pela coroação do sonho misturou-se com a repreensão (mais ou menos velada) pela falta de sensibilidade, da qual o acusava quem ouvia referir os fatos desde longe. Foi uma prova também para o Pe. Luís.

As provas de Schuster

Também por parte do seu cardeal, o beato Ildefonso Schuster, houve algumas incompreensões. Um primeiro momento teve-se quando pareceu julgar o primeiro *Regulamento*, que lhe fora apresentado como desproporcionado à efetiva realidade do Instituto⁶⁸, depois nas Visitas Pastorais chamou-se a atenção do pároco para que «incrementasse mais e melhor as organizações»⁶⁹, até que, em 1952, comentou: «Mas, para atuar tal programa, é absolutamente necessário que o bom pároco decida: ou dar-se todo à paróquia, ou dedicar-se inteiramente à direção das suas Religiosas. Dividir-se em dois, não pode dar certo. Com isso sofrem ambas as instituições»⁷⁰.

Para quem conhece o estilo de Schuster, ocorre notar bem: ao lado da admoestação a fazer «bem o bem», como teria dito o Pe. Luís, havia um adjetivo significativo: «o bom pároco». Quem crê sabe «que tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus». E o mesmo Schuster disse, nos seus últimos dias em Venegono, a propósito de Pio X: «No final o que conta para a verdadeira grandeza da Igreja e dos seus filhos é o amor». O mesmo arcebispo reconhecia, como admitem já todos os historiadores, que nem todos os atos do governo de Pio X «demonstraram-se em seguida oportunos e fecundos», mas estava seguro que todo ato daquele papa fora «movido exclusivamente por um puro e grande amor de Deus». É quanto bastava; aliás, isto só era decisivo. Também para o Pe. Luís, que podia repetir as palavras de São Paulo: «Estais em nossos corações para a vida e para a morte. Grande é a minha confiança em vós... Estou cheio de consolação, transbordo de alegria em todas as nossas tribulações» (2 Cor 7,3.4). E o Pe. Luís, precisamente aos 05 de julho de 1954, escrevia a uma pequena apóstola: «Quando o Senhor destina uma pessoa ou uma Obra, a fazer o verdadeiro bem, prodigaliza-se em mandar as suas provas. Mas é nas provas que nos tornamos fortes e se clarifica o verdadeiro amor. Coragem sempre».

⁶⁷ De uma carta do Pe. Luís à Clara Cucchi, datada 06 de abril de 1949, em Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

⁶⁸ Tirado de: MICHELA BOFFI – LUIGI MEZZADRI – FRANCESCA ONNIS, *Don Luigi Monza. Un profeta della carità*, Cinisello Balsamo, San Paolo, 1996, 96: «Deus abençoe as santas intenções e as pias iniciativas. Até agora vocês são poucas e numa casa só. Redigiram, todavia, uma regra, como se tivessem cem. A regra segue o desenvolvimento da família religiosa, não a precede. Sejam muito discretas: dois cursos de exercícios anuais parecem demasiados. Também a segunda meditação da tarde poderia resultar pesada»

⁶⁹ Dos Apontamentos do cardeal ao Questionário que lhe fora apresentado para a Visita Pastoral de 09-10 de junho de 1947.

⁷⁰ Dos Apontamentos do cardeal ao Questionário que lhe fora apresentado para a Visita Pastoral de 07-08 de julho de 1952.

ALEGRAI-VOS E REGOZIJAI-VOS

«ALEGRAI-VOS E REGOZIJAI-VOS, PORQUE SERÁ GRANDE A VOSSA RECOMPENSA NOS CÉUS» (Mt 5,12)

Convite à alegria

A exortação conclusiva das bem-aventuranças é também ela um mandamento, um *mandato* do Senhor. O convite à alegria articula a história da salvação: desde Abraão, cujo próprio filho é chamado à alegria – Isaac quer dizer: o sorriso de Deus ou Deus te sorria – à Páscoa mosaica. A alegria é o convite constante dos profetas, resumido naquele hino de Isaías, que se tornou sinal do Natal: «O povo que andava nas trevas viu uma grande luz... Multiplicaste o povo, deste-lhe grande alegria; eles alegram-se na tua presença como se alegram os ceifadores na ceifa, como se regozijam os que repartem os despojos... Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu» (Is 9,1-2.5).

O coração do Evangelho é o convite à alegria, desde o início, desde as palavras do anjo aos pastores amedrontados de Belém: «Não tenhais medo! Eis que eu vos anuncio uma grande alegria, que será para todo o povo: nasceu-vos hoje um Salvador, na cidade de Davi» (Lc 2,10). A alegria é a companheira do cristão, mesmo no sofrimento da prova. Fedor Dostoiewski em *Os irmãos Karamazov* faz dizer ao Zosima, já perto da morte: «A vida é um paraíso, e nós estamos todos no paraíso, mas não queremos entendê-lo; e, ao invés, se quiséssemos entendê-lo, amanhã mesmo o mundo inteiro tornar-se-ia um paraíso. [...] O paraíso está escondido dentro de cada um de nós. Pois bem, agora está aqui escondido também dentro de mim e, se quero, amanhã mesmo para mim começará realmente e durará toda a minha vida»⁷¹.

Não a caso, Chesterton proclamou que «A alegria é o gigantesco segredo do cristão»⁷².

Dar a vida

Uma prova, uma prova suprema, à qual todos somos chamados, foi aquela da morte do Pe. Luís. Chegou de uma certa maneira inesperada. Sabia-se que sofria de disfunções cardíacas desde muito tempo, mas se podiam muito bem ligar a reações emotivas. Manifestaram-se, por exemplo, em 1950, por ocasião do anúncio da aprovação do Instituto e da quase contemporânea morte de Clara Cucchi. Uma nova manifestação tivera-se no momento da morte de sua mãe (17 de abril de 1953), que aconteceu em poucos dias, mas depois de longos anos de arteriosclerose. O físico, portanto, era já provado e nem o ajudaram a expansão da obra (recordemos a abertura da casa de Varazze e a compra de Villa Pavoni, em 1952) e os compromissos paroquiais, que se tornaram mais exigentes a partir da Visita Pastoral do Cardeal Schuster, precisamente no mesmo ano de 1952, com aquela admoestação ao «bom

⁷¹ FÈDOR DOSTOEVSKIJ, *I fratelli Karamazov*, Firenze, Sansoni, 1958, 434.

⁷² GILBERT KEITH CHESTERTON, *L'ortodossia*, Roma, Ausonia, 1927, 196.

pároco» a dar-se todo, mas a uma só atividade. Chegaram assim os meses do verão de 1954 e o Pe. Luís decidiu acompanhar um turno de crianças da Casa de Pontelambro, em Varazze. Era o dia 25 de agosto e manifestaram-se distúrbios que foram atribuídos a problemas digestivos, freqüentes no verão, sobretudo para quem, como o Pe. Luís, parecia para isso predisposto. Dois dias depois, sexta-feira 27, voltou para S. João para um funeral: era um ulterior sinal – e teria sido o último – da sua fidelidade em primeiro lugar aos deveres de pároco. Não sabia que naqueles mesmos dias a saúde do Cardeal Schuster agravava-se e que para nada pareciam úteis os dias de discreto repouso no seu Seminário de Venegono Inferior. E, todavia, é belo meditar sobre este entrelaçar-se do epílogo das duas vidas. Na tarde de 28 de agosto celebrou as exéquias e era evidentemente provado no físico, mas era demasiado importante para ele aquele rito: o defunto era um homem que ficara por muito tempo longe da Igreja e que o pároco, com a caridade do pastor, avizinhou e persuadira a receber aqueles que então se chamavam *os últimos sacramentos*, a Unção dos Enfermos e o Viático. Zaira Spreafico, a Responsável Geral das Pequenas Apóstolas, persuadiu o Pe. Luís a pelo menos não acompanhar o caixão ao cemitério, como costumava fazer. Ele confiou que se sentia muito mal e tinha uma dor que do lado esquerdo do tórax irradiava-se ao braço. Foi imediatamente evidente que era um problema cardíaco. O médico do município, que veio logo, aconselhou que se colocasse em repouso o pároco e que se preparasse para levá-lo ao hospital no dia seguinte para um eletrocardiograma. Na manhã seguinte, enquanto era levado para o hospital, disse a Maria Luigia Mazzucchelli, uma das acompanhadoras: «Minha filha, o Senhor quer também isso. Seja feita a sua vontade». O informe foi explícito: grave enfarte em ato. Naquele tempo era geralmente mortal. Levado de novo para casa, aplicou-se o único remédio naquele tempo possível: o repouso. As suas *filhas*, as *senhoritas* de Pontelambro começaram a assisti-lo dia e noite, mesmo se ele preferia que fossem repousar, enquanto ele, indicando a imagem que estava sobre a cômoda do seu quarto, teria ficado em companhia do S. Coração. Havia nele a serenidade de quem está abandonado nas mãos do Senhor. Este abandono tornou-se a sua oração, como testemunha também Zaira Spreafico, que uma manhã quis fazer a comunhão com ele. Durante a ação de graças, ela lhe perguntou o que estava dizendo ao Senhor, e o Pe. Luís respondeu: «Que estou contente em fazer a sua vontade». E quando Zaira insistiu para que pedisse ao Senhor a cura para continuar a sustentar a Obra e as Pequenas Apóstolas, respondeu-lhe: «A Obra é de Deus e não precisa de mim. Tenham confiança e irão adiante também sem mim». Talvez vale a pena citar a declaração de Maria Bambina Valsecchi: «Dizia que estava contente também em morrer, porque a Obra era de Deus. Era muito sereno. Era confiante. Perturbava-lhe morrer pela Obra, mas se esta era vontade de Deus, punha nas suas mãos a Obra e tudo»⁷³. M.B. Valsecchi talvez não se dava conta, dizendo estas coisas, que o Pe. Luís usava as palavras de São Paulo: «Para mim o viver é Cristo e o morrer é lucro. Mas, se o viver na carne me dá ocasião de trabalho frutífero, não sei bem o que escolher» (Fl 1,21-22). Um padre sabe que a sua obra e a sua vida estão nas mãos de Deus. E o Pe. Luís dissera muitas vezes: «O que importa é encontrar-nos todos juntos no belo Paraíso!».

⁷³ Do testemunho de Angela Morganti, em Arquivo das Pequenas Apóstolas de Pontelambro.

Aos 08 de setembro o Pe. Luís teve um novo enfarte; o sangue não chegou em medida adequada ao cérebro e ficou comprometida a palavra. O médico decidiu dizer também ao Pe. Luís que estava em perigo de morte iminente. A sua resposta – faltando a palavra – foi dada com os gestos: colocou as mãos em forma de cruz e, junto com algumas palavras tentadas, fez os sinais da unção para fazer entender que desejava a unção dos enfermos, que lhe foi administrada pelo coadjutor, Pe. Mário. Por dois dias alteraram-se momentos de lucidez a momentos de coma. A falta da palavra foi talvez a sua última cruz: depois de cada visita de alguém que fora seu amigo, brotavam as lágrimas de seus olhos e balbuciava: «Paciência. Paciência». Quando depois via Zaira, e lia no seu rosto a tristeza e o medo pelo futuro da Obra, o Pe. Luís lhe sussurrava: «Verá. Verá. Verá». Na repetição do verbo parecia que ele visse já o futuro da semente que plantara. O mal, no entanto, ia piorando e, depois de ter confiado a sua fiel empregada às Pequenas Apóstolas, acolheu o convite do padre amigo que o assistia naqueles supremos instantes e morreu, dizendo: «Sim. Sim», com a mão levantada em sinal da cruz de bênção sobre a Paróquia e sobre a Obra, sobre os paroquianos e sobre as Pequenas Apóstolas. Não houve dor, mas somente aflição e tristeza às 09:45 h do dia 29 de setembro de 1954.

O perfume da paz

A mesma paz respirou-se na comunidade precisamente na mesma tarde, quando as Pequenas Apóstolas encontraram-se recolhidas para velar os restos mortais do seu fundador na igreja de Varigione. A um certo ponto Zaira explodiu: «E agora, o que fazemos?». Eram poucas e além disso jovens, com a sua Obra. Armida respondeu por todas: «O Pe. Luís gostaria que você continuasse. Sigamos adiante». Armida, quando foi interrogada, precisou que, depois destas suas palavras, desceu sobre todas uma grande paz, que todas perceberam quase como dom de Deus. É a paz que encontro num hino famoso de São Tomás: *Adoro te devote, latens Deitas*:

*Como alguém que o amor torna pronto, eu Te adoro,
ó Deus que Te escondes
e nestes símbolos a nós verdadeiro Te dás, inefável.
Inteiramente a Ti submete-se o coração:*

*Ó memorial da morte do Senhor!
Ó pão vivo que ao homem vai doando vida!
Faz-me um dom: viva de Ti a minha alma,
e sempre tenha gosto por Ti como por um sabor grato.*

É o vínculo da Eucaristia, que é depois o vínculo com a Igreja. Com ela temos um vínculo eterno, como escreveu de modo esplêndido Paulo VI no seu *Pensamento sobre a morte*: «Não a deixo, não saio dela, mas mais e melhor com ela me uno e me confundo: a morte é um progresso na comunhão dos Santos».

Em companhia dos Santos

Para o Pe. Luís este *progresso* era singularmente verdadeiro. Tinha-o precedido de um mês o seu cardeal, o beato Alfredo Ildefonso Schuster, que precisamente três anos antes, coroara a imagem de Nossa Senhora de Varigione, junto à qual foi deposto o corpo do Pe. Luís. Então, aos 29 de junho de 1951, o cardeal, despedindo-se, dissera: «Reze por mim, padre, para que como eu coroei a Virgem na terra, assim Ela me coroe um dia no Céu». Agora estavam juntos, coroados. Ao lado deles o eram ou o teriam sido um grupo de homens e mulheres, que fizeram dizer que a Igreja de Milão é «terra de santos»; que «em Milão a santidade parece de casa».

Penso aos dois cardeais que marcam a vida do Pe. Luís: o beato cardeal André Carlos Ferrari (1850-1921), beatificado aos 10 de maio de 1987, e o beato Alfredo Ildefonso Schuster (1880-1954), beatificado aos 12 de maio de 1996. E é necessário enumerar entre eles também Giovanni Battista Montini, Paulo VI (1897-1978), cuja causa de canonização está em fase avançada.

Pe. Luís encontrava outros coirmãos ambrosianos a esperá-lo no céu: Pe. Serafím Morazzone (1747-1822), o pároco de Chiuso junto a Lecco, não longe da paróquia de S. João; Mons. Luís Biraghi (1801-1879), que foi professor e diretor espiritual no Seminário de Corso Venezia, onde o Pe. Luís coroou o seu sonho sacerdotal; Mons. Luís Talamoni (1848-1926), que movera os seus primeiros passos sacerdotais precisamente junto àquele Colégio S. José (naquele tempo era um seminário), onde o Pe. Luís começara o seu caminho de seminarista, como prefeito.

Depois de poucos anos o teria alcançado o Pe. Carlos Gnocchi (1902-1956), que iniciara o seu caminho sacerdotal junto com o Pe. Luís e o viveu numa semelhante paixão de caridade, dedicando-se às crianças mutiladas de guerra e aos poliomielíticos e, morrendo, doou a suas córneas a duas crianças. Parece-me obrigatório lembrar, com uma frase, tirada da apaixonada conclusão de *Restauração da pessoa humana*, a mensagem do Pe. Carlos Gnocchi: «O homem é um peregrino; doente de infinito, encaminhado para a eternidade. A personalidade é sempre em marcha, porque ela é um valor transcendente: a sua forma perfeita não se alcança senão na outra vida, plena e indefectível. Desde que o homem não se deixe cansar pela luta, desde que se oponha à esclerose progressiva ou causada pelos anos e pelas desilusões da vida, desde que dê cada dia um traço para a conclusão da sua obra prima. Em vista da eternidade»⁷⁴.

Depois de poucos anos lhes teria seguido um padre que vivera ao seu lado, sobretudo em Varese, onde fundou o jornal *Luce*: Mons. Carlos Sonzini (1878-1957), fundador também ele de uma congregação dedicada às obras de caridade, as *Servas de S. José*.

Mas o elenco dos companheiros do Pe. Luís no céu não terminaria, contando religiosos, leigos e leigas. Penso em Maria Ana Sala (1829-1891), das Irmãs Marcelinas, fundadas pelo Mons. Luís Biraghi e beatificada aos 26 de outubro de 1980. Penso na Irmã Enriquetta Alfieri (1891-1951), das filhas de Santa Joana Antida Thouret, vivida ao lado dos nossos padres, encerrada na prisão de S. Vítor, para servir os últimos da sociedade, os presos. Penso na Madre Laura Baraggia (1851-1923), fundadora da *Família do Sagrado Coração de Jesus* de Brentana; na Madre Matilde Bucchi (1812-1882) fundadora das *Irmãs do Preciosíssimo Sangue*; na Irmã Ancilla Ghezzi (+ 1897), fundadora das *Adoradoras perpétuas do SS. Sacramento*.

⁷⁴ CARLO GNOCCHI, *Gli scritti*, Milano, Ancora – Pro Juventute, 1993, 723.

Para os religiosos ou semelhantes, depois do beato João Mazzucconi (1826-1856), recorde só Pe. Benigno Calvi (1909-1937), carmelita de Concesa; Frei Cecilio Cortinovis (1855-1984), porteiro por mais de setenta anos naquele Convento dos Capuchinhos de Viale Piave, ensangüentado precisamente em 1898; Pe. Clemente Vismara (1897-1988), quase coetâneo do Pe. Luís e missionário por toda a vida em Birmânia.

Mas também os leigos vão recordados: Gianna Beretta Molla (1922-1962), exemplo de santidade matrimonial, beatificada aos 24 de abril de 1994; Marcelo Candia (1916-1983), empresário que se tornara missionário na Amazônia; Atilio Giordani (1913-1972) empenhado por toda a vida no seu trabalho e no seu oratório de S. Agostinho de Milão; José Lazzati (1909-1986), que certamente conheceu e colaborou com o Pe. Luís, porque foi por muito tempo responsável da Ação Católica de Milão e foi fundador também ele de um Instituto secular.

Detenho-me aqui: todas estas pessoas – beatificadas ou em caminho de sê-lo – tornam já longo o elenco dos santos. Devemos contemplá-los todos juntos para agradecer ao Senhor por tal abundância de santos ambrosianos. Eles são uma graça, uma garantia, um empenho. Como repetia o Pe. Luís, retomando Agostinho: «Se estes e estas, por que não eu?».

«Se estes e estas, por que não eu?»

Pe. Luís acreditou que podia conseguir. Não pelas suas capacidades, mas pelo amor que sabia que Deus tinha por ele; que Deus tem por cada homem ou mulher que nasce sobre a terra, já que acreditara que «Deus procura o homem impelido pelo seu coração de Pai»⁷⁵. Acreditava nisso e desejava que todos os homens e as mulheres pudessem fazer disso experiência. Deste Deus e deste dom paterno se fez ministro. Talvez dentro do repetido «Verá!» dito à Zaira havia não só uma promessa para a Obra, mas um último ensinamento, um convite a ter confiança; a contemplar com os olhos da fé o que todos um dia veremos: o rosto dulcíssimo do amor de Deus. Talvez naqueles momentos o Pe. Luís já o via. Dissera-o uma vez: «Quando a dor apropriou-se de nós; então a nossa alma sente-se levada para regiões mais altas, mais puras, mais calmas: Quem a levantará da terra? Quem a transportará mais além dos astros para aquele outro mundo mais perfeito, mais luminoso?». Quem nos acompanhará para a terra da felicidade, para o banquete da alegria? O Pe. Luís convidava todos a dizer com ele: «Vem, Senhor Jesus!». Vem, conduz-me «ao Céu, onde não poderemos fazer outra coisa senão amar».

⁷⁵ JOÃO PAULO II, Carta apostólica *Tertio millennio adveniente*, 10 de novembro de 1994, n. 7.

«GRANDE É A VOSSA RECOMPENSA NOS CÉUS»

A Causa de Canonização

Aos 30 de novembro de 1985, Mons. Luigi Serenthà, desde sempre amigo de *A Nossa Família*, e então Reitor Maior dos Seminários Milanenses, foi recebido em audiência pelo Arcebispo de Milão, o Cardeal Carlo Maria Martini. Acompanhava-o Zaira Spreafico, Diretora Geral, e uma delegação do *Grupo Amigos da Nossa Família*. Em nome de todos, Mons. Serenthà pediu formalmente ao cardeal que se iniciasse o caminho canônico para a canonização do Pe. Luís: teria sido um modelo para os padres ambrosianos e teria assim continuado seu serviço à sua Igreja, intercedendo desde o Céu e estimulando todos como o exemplo da sua vida. Mons. Serenthà foi nomeado Postulador da Causa: tocava a ele, em outras palavras, solicitá-la e favorecer o seu caminho. Poucos meses depois Mons. Serenthà morria (28 de setembro de 1986) e era substituído no encargo pelo Pe. Luís Mezzadri. Assim, aos 24 de novembro de 1987, com uma cerimônia solene no Palácio Arquiepiscopal de Milão, iniciava a fase diocesana do Processo de Canonização, que terminou no dia 21 de fevereiro de 1991, com uma função não menos solene em Pontelambro, na capela que conserva os restos mortais do Pe. Luís. Foram interrogados 69 testemunhas, que compreendiam as diversas realidades eclesiais: 3 bispos; 11 sacerdotes; 3 religiosas; 26 pertencentes a Institutos Seculares; 26 leigos.

Aos 23 de janeiro de 1993, a Congregação para as Causas dos Santos, de Roma, declarou válido o processo e nomeou *Relator* da Causa Mons. José Luis Gutiérrez, encarregando-o de preparar a assim chamada *Positio*, a *Relação* oficial sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade do Pe. Luís Monza. Mons. Gutiérrez foi ajudado na sua tarefa pela Dra. Gianna Piazza. Este trabalho foi completado em 22 de junho de 1997, no dia do nascimento do Pe. Luís, para iniciar a celebrar, com este ato solene, o seu centenário.

O Processo sobre o milagre

No entanto, aos 21 de junho de 1993, no Palácio Arquiepiscopal de Milão, o Cardeal Martini dava posse a um outro Tribunal, ou Comissão de Investigação. Ele teria devido proceder a recolher toda a documentação relativa a um milagre atribuído à intercessão do Pe. Luís. Aquele tomado em consideração não era o único fato extraordinário, mas foi preferido aos outros pela sua indubitável excepcionalidade. Concernia à cura, inexplicável cientificamente, de Paolo Peroni, nascido em Milão, aos 24 de outubro de 1938, que, tendo ido à Alemanha, na cidade de Heidelberg, para freqüentar o *Sommer Semester* de língua alemã, no dia 11 de junho de 1959 perdeu a consciência com ataques generalizados de tipo epiléptico e foi internado na clínica neurológica da Universidade dirigida pelo professor K.P. Kisker. O tumor cerebral foi excluído e foi formulado o diagnóstico de *encefalite de vírus*. A situação clínica revelou-se bem cedo desesperada. Começou-se então a rezar ao Servo de Deus e foi mandada um cacho dos seus cabelos da Itália, que foi posto debaixo do seu travesseiro. Depois de seis meses de coma, o jovem recuperou-se de improviso. O juízo dos

médicos que o curavam foi que o fato era inexplicável. Depois disso o jovem Peroni retomou a sua vida normal, conseguindo o doutorado em línguas modernas em dezembro de 1968; tornou-se tradutor junto à sede da Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas; casou-se e teve dois filhos. O processo sobre o milagre foi concluído pelo Cardeal Martini, no dia 1º de junho de 1994, e transmitido para Roma para o sucessivo exame.

Despedida

A Deus o futuro. No entanto, convém que nós conservemos no coração a exortação do Papa João Paulo II, na *Christifideles laici*: «Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nas circunstâncias mais difíceis em toda a história da Igreja. Hoje temos muitíssima falta de santos, que devemos pedir a Deus com assiduidade» (n. 16).

APÊNDICE

PROSPECTO CRONOLÓGICO DA VIDA DO SERVO DE DEUS PE. LUÍS MONZA

- 1898: 22 de junho, o Servo de Deus nasce em Cislago (Va) de Pedro e Luísa Monza e é batizado na Igreja de Nossa Senhora da Assunção.
- 1899: 23 de julho, recebe o sacramento da Crisma, das mãos do arcebispo de Milão o Beato André Carlos Ferrari.
- 1904: Luís vem inscrito no primeiro ano primário. Como resulta dos registros da escola, ele teve que repetir o segundo ano no ano 1906/07.
- 1905: maio: Luís faz a primeira Comunhão e a frequência à mesa eucarística tornar-se-á quase cotidiana.
- 1913: setembro: Luís vem mandado pelo pároco Pe. Luís Vismara com dois outros meninos ao Instituto Salesiano de Penango Monferrato (Asti). Uma gravíssima enfermidade do pai obriga o Servo de Deus a voltar para a sua cidade.
- 1916: o pároco Pe. Vismara propõe-lhe fazer-lhe obter um lugar gratuito no seminário diocesano.
- 1916: 1º de outubro: Luís entra no Colégio Villoresi de Monza.
- 1917: 16 de janeiro: morre seu pai.
- 1918: 10 de abril: é recrutado no exército italiano.
- 1919: 20 de fevereiro: vem demitido.
- Março-agosto de 1925: retomada dos estudos; antes no Colégio Arquidiocesano de Saronno (conclui o ginásio) depois no Colégio Rotondi de Gorla Minone como prefeito (1º, 2º de teologia) e enfim no Seminário de Corso Venezia em Milão (3º, 4º de teologia).
- 1925: 28 de junho: é ordenado subdiácono.
15 de agosto: é ordenado diácono.
19 de setembro: é ordenado sacerdote.
setembro: é nomeado coadjutor da Paróquia de São Maurício em Vedano Olona (Va), da qual é pároco Pe. Pedro De Maddalena.
- 1927: noite ente 28 e 29 de junho: são dados alguns tiros de pistola contra um oficial fascista. Pe. Luís Monza é preso e acusado de tentado homicídio (17 de julho de 1927). Depois de quadro meses é solto, ma é proibido de voltar para Vedano. É destinado à Paróquia de S. Maria do Rosário, em Milão.
- 1928: novembro: é transferido para o Santuário de Nossa Senhora dos Milagres, em Saronno.
- 1933: encontro com Clara Cucchi que se torna sua penitente.
- 1936: 23 de outubro: é nomeado pároco de São João de Castagna di Lecco.
- 1937: compra do terreno de Vedano Olona.
- 1938: Clara Cucchi é eleita “primeira superiora”.
13 de julho, em Teglio, começa a primeira experiência de vida comum das primeiras três Pequenas Apóstolas da Caridade.

- 30 de setembro: abertura da casa de Vedano Olona.
- 1940-45: a casa de Vedano é ocupada pelos despejados.
- 1945: Pe. Luís Monza e Clara Cucchi apresentam um primo esboço da obra a S.E. o Cardeal Ildefonso Schuster, arcebispo de Milão. O fim da obra é aquele de «penetrar na sociedade com a caridade dos primeiros cristãos».
- 1946: janeiro: o Prof. José Vercelli propõe ao Servo de Deus de ocupar-se dos meninos anormais psíquicos.
- 1947: 02 de fevereiro: Pio XII publica a Constituição apostólica *Provida Mater*.
- 1949: 20 de dezembro: ereção canônica das Pequenas Apóstolas da Caridade.
- 1950: 18 de janeiro: o arcebispo de Milão, beato Cardeal Ildefonso Schuster erige a «Pia união» em Instituto secular de direito diocesano.
18 de fevereiro: morre Clara Cucchi em San Remo.
- 1952: 07-08 de julho: visita pastoral à igreja de S. João de Castagna do Cardeal Schuster.
- 1954: 29 de setembro: o Servo de Deus morre em San Giovanni di Lecco.
- 1968: 10 de novembro: transporte dos restos mortais do Servo de Deus do Cemitério de S. Giovanni à Capela do Instituto de Pontelambro.
- 1987: 23 de junho: *Nihil obstat* da Santa Sé ao início do Processo de Canonização.
24 de novembro: primeira sessão do Processo diocesano sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade do Servo de Deus.
- 1991: 23 de fevereiro: conclusão do Processo diocesano.
- 1993: 22 de janeiro: declaração de validez do Processo diocesano.
21 de junho: abertura do Processo sobre o milagre atribuído ao Pe. Luís.
- 1994: 1º de junho: conclusão do processo sobre o milagre.
- 1997: 22 de junho: entrega da *Positio sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade*.

ÍNDICE

Apresentação	3
Dar a vida	6
Bem-aventurados os mansos	8
Bem-aventurados os pobres de espírito	16
Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça	27
Bem-aventurados os aflitos	32
Bem-aventurados os puros de coração	36
Bem-aventurados os misericordiosos	43
Bem-aventurados os que promovem a paz	50
Bem-aventurados vós quando vos injuriarem	53
Alegrai-vos e regozijai-vos	55
«Grande é a vossa recompensa nos céus»	60
Apêndice	62